

## Anais do XX Simpósio de Iniciação Científica FACLEPP – UNOESTE

Resumos sem Resultados – Ciências Humanas

"PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA" - PIBID: REFLEXÕES A RESPEITO DA FORMAÇÃO DOCENTE EM PEDAGOGIA .....	3
A HOMOFOBIA NO ÂMBITO ESCOLAR E A POSTURA DO DOCENTE: UMA REVISÃO DE LITERATURA .....	5
A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE A PRESENÇA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP .....	9
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO COMO DIREITO DE TODOS: AS CONTRIBUIÇÕES DE UM PROJETO DE EXTENSÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL.....	12
ALIENAÇÃO: REDES SOCIAIS E A CULTURA DO VAZIO .....	14
ASSOCIAÇÕES ENTRE BEM-ESTAR SUBJETIVO E AS CONCEPÇÕES SOBRE FAMÍLIA DE ADOLESCENTES E JOVENS EM CONFLITO COM A LEI .....	20
CONTRIBUIÇÕES ACERCA DA APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM ORAL E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	22
GÊNERO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO MORAL COMO POSSIBILIDADE DE CONSTRUIR PERSONALIDADES MORAIS E VALORES NAS RELAÇÕES DE GÊNERO .....	27
IMPLICAÇÕES DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	34
O PONTO DE CONVERGÊNCIA ENTRE CRISTIANISMO E PAGANISMO NO SÉCULO IV: ASSIMILAÇÃO, SINCRETISMOS E PERMANÊNCIAS DA RELIGIOSIDADE ROMANA NO COTIDIANO DA POPULAÇÃO E NA TEORIA CRISTÃ .....	41
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024): NOVA PERSPECTIVA PARA UMA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO .....	48
POR UMA ESCOLA PRODUTORA DE DEVIRES .....	50
TDAH E EDUCAÇÃO ESCOLAR: DIFICULDADES E MOTIVAÇÕES DE APRENDIZAGEM PARA A PERMANÊNCIA NA ESCOLA .....	53
VIVÊNCIAS ESCOLARES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO .....	56
GESTÃO ESCOLAR: O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO COTIDIANO DA ESCOLAR .....	63



---

**"PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À  
DOCÊNCIA" - PIBID: REFLEXÕES A RESPEITO DA FORMAÇÃO  
DOCENTE EM PEDAGOGIA**

DANIELA SOUZA SILVA  
GIOVANA VENTURA DA SILVA  
THAWANE LAIS MOREIRA BALCELOBRE DE PAULA

Partiremos do pressuposto que o PIBID auxilia a aproximar universidade-escola, colocando em prática o que se aprende na universidade e podendo trocar conhecimentos e experiências com pessoas que já estão exercendo a profissão há muitos anos. Este trabalho foi então pensado para mostrar a importância do PIBID na formação de docentes e relatar depoimentos das interações entre bolsista-aluno, bolsista-escola e bolsista-universidade, por meio de nossas próprias vivências dentro do Programa. Esse estudo tem como objetivo geral, refletir sobre as possibilidades apresentadas pelo PIBID na formação de futuros professores que atuarão nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Partindo da abordagem e qualitativa, esse artigo contemplará, em sua Metodologia, características de cunho bibliográfico ao realizar pesquisas sobre os estudos já realizados e artigos já publicados sobre o assunto. Essa pesquisa, caracterizada como de abordagem qualitativa, adotará a metodologia de pesquisa bibliográfica e fará uma reflexão sobre os estudos de autores que estudam a temática. De acordo com Lakatos e Marconi (1992), a pesquisa bibliográfica baseia-se pela análise documental do referencial teórico, elaborado por autores renomados sobre um determinado tema. Assim, a pesquisa bibliográfica compreende o tema por meio de estudos já realizados e auxilia na análise da discussão sobre um determinado tema pesquisa. Será realizada também uma pesquisa sobre dissertações e teses no banco de dados da "Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior" - CAPES, para verificar quais as principais pesquisas sobre o tema hoje no Brasil e suas principais conclusões. Aspectos da formação de professores tem sido bastante discutidas no decorrer das últimas décadas e uma das questões apresentadas a respeito dessa temática é a importância de uma formação inicial de qualidade. Sabemos que nenhum aluno de licenciatura sai pronto da faculdade para exercer a docência, mas existem algumas propostas bastante interessantes e que visam promover um maior contato dos alunos das Licenciaturas com o contexto escolar. Nos últimos anos, a proposta que mais tem tido destaque entre as Políticas públicas para a formação de professores está o "Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência" - PIBID, do governo federal. Segundo informações do site do Ministério da Educação (MEC), o PIBID "oferece bolsas de

iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública" (BRASIL, 2019). A principal meta é antecipar o vínculo entre os futuros professores das várias áreas de conhecimento e as salas de aula da rede pública. Para Canan (2012), o PIBID resultou de uma necessidade específica e reivindicada há muito tempo: promover e valorizar a profissão docente, além de ter, em âmbito nacional, uma política pública voltada para a formação docente profissional que contemplassem os campos teóricos e práticos. Trazer para o centro de discussões a importância da formação dos professores no curso de Pedagogia e as contribuições que PIBID pode contemplar na formação de um acadêmico em pedagogia é, portanto, uma necessidade também acadêmica. O trabalho encontra-se ainda em fase de construção, mas pretende contribuir para a discussão sobre a importância do PIBID na formação inicial de professores no curso de Licenciatura em Pedagogia.

---

## **A HOMOFOBIA NO ÂMBITO ESCOLAR E A POSTURA DO DOCENTE: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

LUCIANA APARECIDA DA SILVA ROMERO  
EDILAINÉ TIRABOSCHI DE OLIVEIRA BERTUCCHI

Atualmente, a sexualidade se faz presente em todos os aspectos da vida, manifestando-se em todas as fases da vida humana, incluindo a infância e a adolescência. A sexualidade pode ser definida como uma forma de sentir e de expressão do ser humano, faz parte ainda do processo de desenvolvimento de qualquer indivíduo, sendo um dos alicerces na formação da identidade de cada um e no seu desenvolvimento enquanto pessoa (MACHADO, 2015). Neste contexto, o desenvolvimento da sexualidade particular de cada um tem repercussões em todas as áreas da vida, como na família e na escola, podendo afetar a qualidade de vida e o convívio social deste indivíduo (MACHADO, 2015). Relacionado ainda à sexualidade, se faz necessário discutir acerca da orientação sexual, composta e dividida pela homossexualidade, a heterossexualidade e a bissexualidade, as quais se diferem pelo sexo ou pelos sexos dos quais o indivíduo se atrai. Deste modo, uma pessoa heterossexual sente atração física, psicológica e emocional por outro indivíduo do sexo oposto, enquanto um uma pessoa homossexual sente tais atrações por alguém do mesmo sexo, já os bissexuais estão propensos a sentir atração por pessoas de ambos os sexos (SOUZA; SILVA, 2011). Na sociedade atual, a presença das diversidades é evidente, visto que podemos observá-las em diversos contextos, tais como os econômicos, os socioculturais, os políticos e até mesmo sexuais. Por consequência, um dos espaços dos quais torna-se evidentes das diversidades é a escola, a qual predomina-se uma pluralidade de indivíduos, com seus gêneros e identidades sexuais, cercados e confrontados com as amarras impostas pela sociedade (SOUZA, 2015). A partir desta pluralidade de gêneros e orientações sexuais surge a homofobia, podendo esta ser entendida como uma forma de preconceito/discriminação contra indivíduos ou grupos sociais que não se enquadram no padrão heterossexual (SOUZA; SILVA; SANTOS, 2015). Neste sentido, se faz necessário que os docentes/educadores, atuantes no processo de ensino-aprendizagem e inseridos neste meio, tão comumente dominado por episódios de homofobia, tenha uma postura adequada, sabendo posicionar-se diante dos fatos e, principalmente, não seja um multiplicador de tal ação. O presente estudo tem por objetivo analisar a postura do docente frente às situações de homofobia ocorridas no âmbito escolar. O presente estudo caracteriza-se por uma pesquisa exploratória, qualitativa, do tipo bibliográfica, a qual tem como objetivo principal explorar as ideias, bem como opiniões de diversos educadores, autores e pesquisadores a respeito da temática em questão. A pesquisa foi

realizada no período de março 2019, na qual a busca por dados se deu a partir de livros, periódicos, teses/dissertações e artigos científicos, relacionados ao tema da pesquisa e em bases de dados como o Lilacs, Ibecs e Scielo, do período de 2014 a 2019. Durante a busca dos dados, os mesmos foram levantados a partir dos seguintes descritores: homofobia, homofobia no âmbito escolar e sexualidade na escola. Foram utilizados critérios de inclusão e exclusão, sendo incluídos na pesquisa somente os materiais que apresentassem resumo equivalente à temática escolhida, que abordassem de forma clara a homofobia no âmbito escola, no idioma português e publicados nos últimos cinco anos; desta forma, todos os materiais encontrados, porém que fossem incompatíveis com os critérios de inclusão delimitados neste estudo foram excluídos da análise dos dados e da pesquisa de modo geral. A partir dos dados coletados, os mesmos foram devidamente analisados, por meio de uma análise de conteúdo, interpretados e catalogados em categorias que se subdividem em "O Sexo e A Sexualidade", "A homofobia" e posteriormente "A Escola", sendo estes, apresentados no decorrer do desenvolvimento deste estudo, indo ao encontro do objetivo delimitado no início desta pesquisa. No presente momento temáticas relacionadas ao sexo e à sexualidade promovem inúmeras discussões em todas as áreas do conhecimento; ainda no século XIX, o sexo passou a ser entendido como essencial para a constituição do corpo e da personalidade de cada sujeito. A partir disso, diversos autores afirmam que a sexualidade não se trata de vontade ou opção, sendo na realidade algo muito mais forte (CUNHA; FURTADO, 2016). Segundo Vieira, Gherardi e Severo (2018), sexo diz respeito à classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, as quais são fundamentadas em características orgânicas como cromossomos, níveis de hormônios, órgãos reprodutivos e genitálias. Já a sexualidade pode ser descrita como uma forma de sensação/expressão do ser humano, fazendo esta parte do processo de desenvolvimento deste, sendo ainda um dos pilares básicos na formação da identidade de cada indivíduo, bem como no seu próprio desenvolvimento pessoal (MACHADO, 2015). A sexualidade é interpretada ainda por alguns autores como um conjunto de manifestações de cunho afetivo-emocionais conscientes e inconscientes, sendo uma junção da orientação sexual e das várias expressões de gênero do indivíduo em sua constante busca por autoconhecimento e até mesmo afirmação enquanto pessoa humana (VIEIRA; GHERARDI; SEVERO, 2018). A sexualidade tem grande importância não somente no desenvolvimento, quanto na vida psíquica das pessoas, uma vez que, independentemente de haver ou não potencialidade de reprodução, está relacionada à busca do prazer, uma das necessidades do ser humano. Desta forma, a sexualidade é entendida como algo que se manifesta de diferentes formas em cada etapa do desenvolvimento (COSTA, 2011). Atréada à sexualidade, encontra-se a orientação sexual, a qual diz respeito, basicamente, ao sexo ou aos sexos que cada indivíduo sente atração durante a vida, sendo esta física, psíquica ou emocional. Neste sentido, nos deparamos com a heterossexualidade, na qual uma pessoa se atrai por outra do sexo oposto, a homossexualidade, onde o indivíduo se atrai por outro do mesmo sexo e a bissexualidade, a qual o indivíduo pode atrair-se por ambos os sexos (MACHADO, 2015). Em relação às diferentes formas de expressar a sexualidade Vieira, Gherardi e Severo (2018), apontam que estas estão relacionadas à história de vida das pessoas, existindo assim uma singularidade da experiência sexual de cada indivíduo que não pode ser desprezada; assim, compreende-se que todo indivíduo tem o direito de reproduzir e elaborar de modos diferentes a compreensão que desenvolveu acerca da sexualidade durante sua história. Outro aspecto importante relacionado à sexualidade e alvo de diversas discussões na atualidade é a respeito da identidade de gênero; assim, as identidades de gênero referem-se ao modo como os indivíduos constroem de forma

histórica e social suas masculinidades e/ou feminilidades, ou seja, como se enxergam acerca dos seus gêneros (SOUZA; SILVA; SANTOS, 2016). A heteronormatividade, sendo esta considerada uma postura que coloca o modo de se relacionar de forma heterossexual, ou seja, com o sexo oposto, afetiva e sexualmente, é vista e entendida pela sociedade como a forma correta da construção de relações. Deste modo, a heteronormatividade só passa a ser reconhecida como um processo social, sendo algo produzido socialmente e passível de problematizações a partir da ação de estudiosos ligados ao campo da sexualidade (SOUZA; SILVA, 2011). Anterior a este momento, a naturalização da heterossexualidade e as explicações biologicistas e religiosas, que compreendiam a homossexualidade como uma patologia, sendo ainda considerada como pecado, fez com que até o século XX, preconceito sexual e as práticas de discriminação às minorias sexuais fossem negligenciadas (SOUZA; SILVA, 2011). Neste sentido, surge então a homofobia, a qual pode ser entendida como uma forma de preconceitos e/ou discriminações contra indivíduos de grupos sociais que não se enquadram no padrão heterossexual em razão de sua orientação afetivo-sexual e/ou identidade de gênero, estando incluídos neste grupo, especialmente, os indivíduos que formam a comunidade LGBT, constituída por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais (SOUZA; SILVA; SANTOS, 2015). A homofobia pode ser descrita ainda como o medo irracional, repulsa e desprezo manifestado por algumas pessoas frente às relações afetivas e sexuais entre indivíduos do mesmo sexo. Homofobia é o ódio generalizado contra os homossexuais e a homossexualidade, sendo este reflexo do preconceito heterossexista, do patriarcalismo e do machismo presente em nossa sociedade (BARRETO, 2017). Podendo se apresentar das mais variadas maneiras e nos mais variados locais, a homofobia se apresenta de diversas maneiras; seja no trabalho, nas instituições de ensino, nos serviços de saúde, nos espaços públicos e até mesmo no âmbito familiar. A mesma está presente em nosso cotidiano por meio de ações de violência verbal e/ou física, podendo, infelizmente, motivar a ocorrência de diversos crimes, como por exemplo, homicídios a indivíduos da população LGBT (SILVA et al., 2016). Estamos inseridos em uma sociedade que conta com uma ampla diversidade, ou seja, somos diferentes, de acordo com o desenrolar dos contextos sociais dos quais estamos inseridos, vamos moldando-nos a ele, ademais, somos diferentes em múltiplos aspectos, tais como identidade étnica, sexo, crença religiosa, filiação política, dentre outros. Deste modo, toda a sociedade pode diferir em diversas dimensões, bem como a diversidade afetiva-sexual, ou seja, a sexualidade de cada um (SOUZA, 2015). Sendo a escola um dos principais ambientes de convívio social e, levando em consideração a pluralidade a qual vivemos, é nesta que inicia-se alguns conflitos, visto que nela estão inseridos pessoas das mais variadas formas, abrangendo assim, suas sexualidades. No entanto, os menores grupos, compostos por indivíduos que não seguem o padrão de heterossexualidade, que são de certa forma oprimidos pela maioria, sofrem com esta convivência muitas vezes conturbada, dando espaço então a homofobia, sendo está hoje uma das mais presentes no âmbito escolar (SOUZA, 2015).

Referências BARRETO, L. C. Com quantas cores se faz uma docência? Desvelando a homofobia no espaço escolar. 2017. 109 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Vitória da Conquista - BA. COSTA, L. A. Sexualidade na Adolescência. 2011. 17 f. Monografia. (Especialização em Saúde). Universidade Federal do Paraná. Curitiba - PR. CUNHA, M. V.; FURTADO, J. H. Homofobia no contexto escolar em uma escola da zona rural no município de Porto Velho. Rev. Igarapé, Porto Velho (RO), v. 1, n. 2, p. 97-111, 2016. Disponível em: < <http://www.periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/view/2048/1728> > . Acesso em:

12 mar. 2019. MACHADO, C. F. B. Educação sexual em meio escolar: combate à desinformação sobre Orientação sexual e identidade de gênero, e à discriminação por Homofobia e transfobia. 2015. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Biologia e Geologia). Universidade de Trás-os-montes e Alto Douro. Vila Real - Portugal. SILVA, A. R. et al. Produção do conhecimento sobre a homofobia no ambiente escolar. Rev. Enferm. UFPI, v. 5, n. 3, p. 60-66, jul./set. 2016. Disponível em: < <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/5490/pdf> > . Acesso em: 13 mar. 2019. SOUZA, E. J. Diversidade sexual e homofobia na escola: as representações sociais de educadores/as da educação básica. 2015. 241 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão - SE. SOUZA, E. J.; SILVA, J. P.; SANTOS, C. Diversidade sexual e homofobia na escola: (des) conhecimento e vivências de docentes. Rev. Educação em Questão, Natal, v. 54, n. 41, p. 111-138, mai./ago. 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/10160/7356> > . Acesso em: 12 mar. 2019. SOUZA, E. J.; SILVA, J. P.; SANTOS, C. Homofobia na escola: As representações de educadores/as. Trends in Psychology / Temas em Psicologia, v. 23, n. 3, p. 635-647, 2015. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v23n3/v23n3a09.pdf> > . Acesso em: 12 mar. 2019. SOUZA, J. M.; SILVA, J. P. Homofobia: Discutindo a discriminação no meio escolar. Rev. Fórum Identidades, v. 9, n. 5, p. 107-118, jan-jun. 2011. Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/2075/1814> > . Acesso em: 12 mar. 2019. VIEIRA, R. P.; GHERARDI, S. R. M.; SEVERO, M. F. S. W. Causas e consequências a homofobia na escola: uma revisão. Multi-Science Journal, v. 1, n. 10, p. 69-77, 2018. Disponível em: < <https://www.ifgoiano.edu.br/periodicos/index.php/multiscience/article/view/381/404> > . Acesso em: 12 mar. 2019.

---

## **A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE A PRESENÇA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP**

NATHALIA GERMINIANI SILVA VICENTINI

O presente estudo tem o objetivo de apresentar a proposta de pesquisa sobre a percepção dos professores a respeito da presença da violência de gênero nas escolas municipais de Presidente Prudente - SP, partindo de um referencial teórico que permita a compreensão histórica sobre as questões de violência e de gênero, levantando um estudo crítico por meio de diversos autores, dentre eles Joan Scott, Jane Felliipe, Hannah Arendt e Heleieith Saffioti. No que tange à metodologia, além da pesquisa bibliográfica, o projeto possui como base teórico-metodológica a pesquisa quanti-qualitativa, partindo do pressuposto de complementariedade entre ambas as abordagens, a quantitativa como meio de identificação e tabulação de dados estatísticos e, a qualitativa, sendo responsável pela análise e interpretação da realidade desvelada. Para isto, recorre-se a pesquisadores como Gamboa, Bruggenann, Minayo, Bardin, Godoy, Severino, Gil e Bogdan. No decorrer do processo histórico-societário foram, e ainda são, construídos valores, crenças e atitudes que perpassam gerações, de forma a cristalizar ideologias baseadas na desigualdade social, contribuindo para a constituição da violência de gênero, a qual é um fenômeno complexo e multifacetado, resultado de uma construção social e ideológica baseada na delegação de papéis desiguais entre homens e mulheres, que perpetua e legitima a opressão, exploração e desvalorização do sexo feminino, estabelecendo uma relação de dominação e subordinação historicamente determinada. A violência de gênero se trata de um fenômeno histórico, uma violência cultural, simbólica, de dominação, opressão e crueldade nas relações entre homens e mulheres, atravessando classes sociais, raças, etnias e faixas etárias; sendo praticada por homens contra mulheres, por mulheres contra homens, entre homens e entre mulheres. De acordo com Joan Scott (1989, p. 7): O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as "construções sociais" - a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Nesta perspectiva, torna-se possível compreender que a categoria gênero diz respeito aos papéis que foram construídos historicamente de forma

desigual entre homens e mulheres, sendo uma questão cultural, religiosa, econômica e social atrelada sobretudo ao papel de inferioridade atribuído ao sexo feminino, colocando-o como inferior ao masculino. De acordo com Saffioti (2004, p.71): "[...] Nas relações entre homens e entre mulheres a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência", tal construção que vem legitimando e perpetuando a violência com base no gênero, sobretudo contra as mulheres. Sendo uma construção social, fundamenta-se aqui a proposta desse estudo, pois acredita-se fielmente na educação como a forma mais resolutiva para a desconstrução dos papéis desigualmente atribuídos aos homens e mulheres, sobretudo na instituição escolar que se configura como um espaço privilegiado de ensino e aprendizagem. Compreendendo a gravidade desta temática presente na contemporaneidade, através da pesquisa apresentada pretende-se levantar a existência de questões de violência de gênero nos Livros de Ocorrência das escolas, identificando indicadores, buscando compreender a percepção dos professores sobre os casos e se a temática vem sendo tratada e discutida nas instituições. O projeto se coloca como necessário para fomentar as discussões no âmbito educacional sobre o assunto, e refletir sobre ações de enfrentamento dessa problemática no âmbito das Políticas Públicas. O projeto de pesquisa objetiva identificar e analisar a presença da violência de gênero no Livro de Ocorrências do Ensino Fundamental das escolas municipais de Presidente Prudente - SP, levantando os casos e a visão de professores e gestores sobre o ocorrido. A partir da referida proposta de pesquisa e para que se atinja os objetivos expostos anteriormente, escolheu-se a abordagem que tem como base teórico-metodológica a pesquisa quanti-qualitativa, partindo do pressuposto de complementariedade de ambas as abordagens, a quantitativa como meio de identificação e tabulação de dados estatísticos e, a qualitativa, sendo responsável pela análise e interpretação da realidade desvelada. O estudo de campo será dividido em duas fases, a primeira se refere à análise documental dos Livros de Ocorrências do Ensino Fundamental das escolas municipais selecionadas, a qual permitirá a identificação de dados sobre a violência de gênero, questão de gênero e/ou valores que expressem a presença e a perpetuação de uma cultura desigual entre homens e mulheres, meninos e meninas, assim possibilitando a tabulação de dados e o levantamento de indicadores, os quais serão base para segunda, que consiste na construção de uma análise qualitativa, que se sustentará por meio da utilização da técnica de entrevista com os professores e coordenadores pedagógicos das escolas. . Tal desenvolvimento pretende a princípio abordar as fases a seguir: 1) Fase exploratória: Nesta fase, busca-se a familiaridade com a temática que se pretende estudar, é marcada pela delimitação do objeto de estudo, a busca pelo referencial teórico, a construção do acervo bibliográfico, pela definição dos objetivos e instrumentos para o alcance dos resultados, caracteriza-se ainda pela elaboração das hipóteses, construção do projeto de pesquisa, e outros. 2) Pesquisa de campo: Nessa etapa o pesquisador realiza aproximações em lócus com seu objeto de estudo, buscando a coleta de dados concretos da realidade que deseja investigar. A investigação ocorrerá através dos meios escolhidos para a obtenção de dados: Análise documental, por meio dos livros de ocorrências e entrevista com os professores (coordenadores pedagógicos) a partir dos indicadores levantados na análise documental. É nesse momento que, segundo Severino (2007), o objeto de pesquisa será abordado em seu próprio ambiente, no qual o fenômeno ocorre nas condições naturais. 3) Análise dos Dados: Nessa fase, exige-se do pesquisador uma leitura ainda mais exaustiva e minuciosa, de acordo com Bardin (2006, p. 158), "a análise de conteúdo é um método que pode ser aplicado tanto na pesquisa quantitativa como na investigação qualitativa, mas com aplicação diferente". Trata-se, nessa fase, de compreender de forma crítica os determinantes ocultos nas informações registradas,

selecionar aspectos relevantes do estudo, tabular, organizar e analisar os dados coletados, combinando-os com a teoria, buscando uma análise do estudo em sua totalidade, e assim respostas à problemática estudada, desvelando possibilidades, indicadores de transformação. A pesquisa encontra-se em fase inicial, trata-se de um resumo do projeto de pesquisa, o qual ainda poderá passar por diversas (re) construções. Este projeto se vincula à linha de pesquisa "Desenvolvimento Humano, diferença e valores" do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Câmpus de Presidente Prudente - SP. O tema abordado se relaciona à violência de gênero, compreendida como uma construção histórico-social, consequência dos papéis desigualmente atribuídos a homens e mulheres na sociedade, com o enfoque na identificação e análise da presença da violência de gênero no Livro de Ocorrências do Ensino Fundamental das escolas municipais de Presidente Prudente - SP, levantando-se os casos e a visão dos professores sobre o ocorrido. Trata-se de um projeto que possui como base teórico-metodológica a pesquisa quanti-qualitativa, partindo do pressuposto de complementariedade de ambas as abordagens. Palavras-chave: Violência. Gênero. Escola.

---

## **ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO COMO DIREITO DE TODOS: AS CONTRIBUIÇÕES DE UM PROJETO DE EXTENSÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL**

JULIANA DE SOUZA SOARES  
DENISE PENNA QUINTANILHA

O estudo em questão tem como foco a importância de se garantir o direito à alfabetização e letramento a todos os estudantes que passam pela escola básica. No entanto, constata-se que esse direito ainda é negado a muitos alunos, incluindo os que já se encontram em anos mais avançadas do ensino fundamental. O interesse pelo tema surgiu com a participação da discente "pesquisadora" no projeto de extensão "Alfabetização e Letramento: Direito de todos", desenvolvido pelo curso de pedagogia de uma universidade privada, com o objetivo de realizar um trabalho de alfabetização com alunos das séries finais do ensino fundamental, de uma escola pública, do interior de São Paulo. Constatou-se que vários alunos, nas séries finais do ensino fundamental, ainda não estavam alfabetizados e, conseqüentemente, não conseguiam apresentar um desempenho minimamente satisfatório nas atividades escolares. Para compreender a razão desse problema alguns questionamentos, necessariamente, precisam ser feitos: Qual o motivo que esses adolescentes chegaram ao ciclo II do ensino fundamental (6º ao 9º ano), sem a compreensão da leitura e escrita? Por que muitos alunos apresentam dificuldades básicas no processo de alfabetização? Como o sistema educacional lida com esse problema? Que tipo de mediação pedagógica foi utilizada com esses alunos, pelos vários professores que passaram? Que tipo de articulação houve entre a escola de anos iniciais (1º ao 5º ano) e a escola de anos finais (6º ao 9º ano) e que favorecesse uma maior compreensão do problema de tais alunos? Refletir sobre as causas do mau desempenho de alunos no processo de alfabetização e letramento. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, uma vez que se propõe a analisar os fatores que interferem para a existência do problema em questão. Nessa pesquisa os relatos sobre a experiência vivenciada pelos pesquisadores participantes no projeto, assumem grande importância e passarão por um tratamento analítico para maior compreensão do seu significado para os sujeitos envolvidos. A discussão acerca dessa problemática implica em refletir sobre as inúmeras questões que pesam sobre uma trajetória escolar de sucesso ou de insucesso dos alunos. Exige, sobretudo, que se questione se a escola pública é realmente uma escola inclusiva, ou seja, que garanta que todos os seus alunos caminhem para a conquista de sua emancipação humana e social. Dessa forma, a relevância dessa pesquisa se deve ao fato de existirem alunos nas séries finais do ensino

fundamental que ainda não construíram a base alfabética ou que possuem sérias dificuldades relacionadas ao processo de alfabetização e dessa forma, impedindo-os de serem usuários da língua escrita, tanto como leitores quanto como produtores de textos. Portanto, estão impedidos de exercerem o direito a uma cidadania plena. Não se pode desconsiderar a importância da alfabetização e letramento e as contribuições que trazem aos alunos. O aluno que sabe ler, escrever, interpretar textos, nas mais diversas situações do cotidiano, não será um analfabeto funcional. Terá maior autonomia ao longo de sua vida. No entanto, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), criado em 2007, pelo Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino, em suas avaliações sobre o desempenho do aluno na leitura e escrita, aponta que estamos longe de alcançar uma educação de qualidade. Espera-se que este relato possa servir de exemplo e motivação para outros professores, na busca de uma educação de qualidade. Esse projeto se justifica pela relevância da alfabetização e letramento como um direito de todos, sendo imprescindível para o exercício de uma cidadania plena, em uma sociedade letrada como a nossa. No entanto, observa-se que muitos alunos matriculados nos anos finais do fundamental (6º ao 9º ano), não se apropriaram da base alfabética e possuem inúmeras dificuldades relacionadas a alfabetização e letramento e aos conhecimentos necessários para as práticas de leitura e escrita presentes no dia a dia. Dessa forma, este projeto tem como objetivo geral refletir sobre as causas do mau desempenho de alunos no processo de alfabetização e letramento. Mais especificamente se propõe: a) discutir o conceito de alfabetização e letramento na visão de autores diversos; b) analisar as causas do mau desempenho dos alunos da educação básica, tendo como referência os dados do IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; c) refletir sobre as contribuições do projeto "Alfabetização e Letramento: Direito de Todos", desenvolvido com alunos de uma escola pública, na percepção dos docentes e acadêmicos de um curso de pedagogia integrantes do projeto; d) apresentar propostas de um trabalho significativo, envolvendo alfabetização e letramento, de acordo com subsídios legais. Trata-se portanto, de uma pesquisa de abordagem qualitativa, baseada na metodologia de história de vida, buscando compreender os fatores que interferem para a existência do problema em questão e formas de superação.

---

## **ALIENAÇÃO: REDES SOCIAIS E A CULTURA DO VAZIO**

EDER WILKER SOARES DOS SANTOS

A modernidade trouxe múltiplos avanços e inovações tecnológicas com o escopo de aperfeiçoar e facilitar a espécie humana. Conforme Bauman (2001), a modernidade se transformou de sólida para uma modernidade líquida, ou seja, o sólido que possui uma ideia inerte de perfeição e imutabilidade dá lugar ao líquido, dissolvendo o que é imutável para algo impermanente. Junto com a modernidade líquida surge uma individualização caracterizada pelo consumo, visto que este assume a configuração fundamental da construção da individualidade. Este consumismo na modernidade é algo veloz, e, dessa forma, transforma o indivíduo em um ser efêmero. A modernidade, a individualização e a globalização somada ao consumismo torna o sujeito passível à alienação. Segundo Adorno e Horkheimer (1995 p. 20) "o preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder." Adorno e Horkheimer (1995) esclarecem que o indivíduo é a vítima e o executor de sua própria exploração, ou seja, a alienação do espírito humano está atrelada com as potencialidades dos seres e dos objetos que ele cria. Assim, a alienação não é algo específico da cultura, e sim, da sociedade que a produz e consome. Conclui-se então que como o próprio indivíduo criou a tecnologia, ele está passível da alienação por sua própria criação. Dentre as ferramentas mais utilizadas na tecnologia - a internet, podemos destacar de forma empírica as redes sociais, uma das febres desses derradeiros anos, que sempre se remodela, admitindo cada vez mais interatividade entre seus internautas. Percebe-se à proporção que a alienação pode chegar quando a frase "tira foto no espelho pra postar no Facebook", retirada de uma música de cultura de massa, sai do campo musical e se torna legenda de fotos e tendência entre os usuários das redes. Ou seja, a cultura de massa dita à moda e as regras do meio social, e ser "digitalmente incluso", nem sempre pode significar "ter o acesso à internet" por si só. Isto não é algo negativo, porém o esvaziamento do indivíduo, por sua inaptidão de análise crítica, pode trazer perigos políticos para sociedade. Como Adorno (1992) rememora que o nazismo foi auxiliado pela publicidade, através de meios de comunicação de massa, para disseminar na sociedade germânica os ideais do estado totalitário, exemplificando como a dominação pode ocorrer através da falta de uma análise crítica e de uma falsa esperança de felicidade instantânea. Tal dominação em tempos atuais pode ser disseminada pela inclusão digital. A inclusão digital, especificamente no Brasil, passou a representar 57,5% da população brasileira conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) . Com a inclusão digital veio às redes sociais que crescem a cada ano, pois além de promover a interatividade social, promove o lazer, e,

consequentemente, pela facilidade do seu uso pelo celular, uma quantidade exacerbada de usuários que nem sempre a utilizam com consciência. A utilização nem sempre é para fins que ajude a progressão do ser, como meios acadêmicos ou pesquisas de cunho cultural, científico. É isso que Adorno e Horkheimer (1995) afirmam com sua dialética do Iluminismo, o homem criou a tecnologia para o avanço da humanidade, mas na prática, está regredindo, pois ao invés da emancipação, o que há é a alienação. A tecnologia só ajuda nessa regressão, pois atinge as massas rapidamente com a facilidade do seu compartilhamento através de sites e redes sociais. Junto ao uso das redes sociais veio à inovação, que não se restringe mais ao relacionamento e comunicação, mas também é um canal de pesquisa e informações. Com base nisso, verifica-se a importância em falar sobre o assunto e verificar se o seu uso está sendo crítico reflexivo e racional ou um uso alienado e alienante. E como isso é decorrência do uso exacerbado da Internet. Fazendo referência à teoria crítica de Adorno e Horkheimer (1995), o intuito do projeto é promover ao leitor a possibilidade de perceber que o uso exagerado da tecnologia pode acometê-lo: ao consumismo de imagens e informações vazias; a utilizar do possível anonimato nas redes para deferir comentários maldosos numa "terra sem lei"; e, a uma busca incessante pelos likes levando-o a um vazio, pois o ser se torna apático e solitário no seu mundo virtual. Estes autores explicam que o indivíduo aceita de forma acrítica as ideologias do sistema capitalista, assim, este projeto se justifica pela necessidade de mostrar como o tempo gasto nas redes sociais e a alienação pode afastar um indivíduo da sua capacidade de refletir devido à cultura do vazio inserida nestas.

**Objetivo Geral** O objetivo geral deste projeto de iniciação científica é fazer uma análise da alienação no uso das redes sociais e sua relação com a cultura do vazio na sociedade.

**Objetivos Específicos** a) Conceituar alienação; b) Conceituar redes sociais; c) Conceituar cultura do vazio; d) Fazer um levantamento do tempo utilizado e do consumo de redes sociais e o motivo que leva à utilização destas redes pelos estudantes a fim de levantar dados para o projeto. e) Analisar o uso das redes sociais na atualidade. f) Relacionar o uso das redes sociais com a alienação e a cultura do vazio. O projeto é de natureza qualitativa, configurando-se como pesquisa bibliográfica e um estudo de caso. Segundo Goldenberg (1997), os pesquisadores que empregam os métodos qualitativos buscam explicar o motivo das coisas, não quantificam valores, porque os dados analisados não são medidos e podem ter diferentes abordagens. Assim, a intenção da pesquisa será descrever, compreender, explicar e explicar as informações pesquisadas. Para realizar os objetivos propostos será utilizado embasamento teórico em autores que discutam sobre antropologia e sociologia. Assim, será realizado um levantamento bibliográfico com o intuito de explicar as diferentes visões a cerca do tema proposto. A pesquisa envolverá um estudo de caso, cuja alternativa decorre do interesse da investigação naquilo que é único e particular do sujeito pesquisado. Lüdke e André (1986) afirmam que quando ambicionamos estudar algo individual, que tenha valor em si mesmo, devemos escolher o estudo de caso. Os instrumentos de pesquisa que poderão viabilizar os objetivos pretendidos são: 1. Pesquisa Bibliográfica: análise de artigos, livros e documentos que discorram sobre o tema proposto. 2. Entrevistas semiestruturadas: serão realizadas a partir de um roteiro planejado procurando identificar, por meio de questionamentos, o tempo que gastam em redes sociais e o motivo que eles a utilizam. Serão realizadas duas entrevistas com cem alunos de uma instituição de ensino superior a fim de coletar dados para o estudo. Uma sobre o perfil social dos entrevistados e outra sobre seus conhecimentos acerca de atualidades. Do material oferecido pelos entrevistados, serão utilizadas somente as informações diretamente relacionadas aos objetivos da pesquisa, pois segundo Queiroz (1988) isto que deve ser objeto de leitura para elaboração do projeto. Romaneli (1998) expõe que:

"A subjetividade, elemento constitutivo da alteridade presente na relação entre sujeitos, não pode ser expulsa, nem evitada, mas deve ser admitida e explicitada e, assim, controlada pelos recursos teóricos e metodológicos do pesquisador, vale dizer, da experiência que ele, lentamente, vai adquirindo no trabalho de campo". (p.128) Desta forma, serão verificadas e filtradas dentro da subjetividade das perguntas realizadas, somente o teor que realmente interessa para a elaboração do projeto proposto. Assim, as fases futuras caracterizam-se pela análise criteriosa dos dados coletados e a elaboração do trabalho através destes. Alienação O conceito de alienação inicia com Hegel (1995) afirmando que a alienação é um método essencial pelo qual a consciência repleta de ingenuidade, persuadida de que a realidade do mundo é autônoma dela mesma, chega a tornar-se sua própria consciência. Essa mutação da consciência em consciência de si é conceituada na *Phänomenologie des Geistes* (1807). Hegel (1995) diz que a detenção de si mesmo fica dependente da destruição do outro, que possui a verdade e o absoluto. Assim, a alienação é, portanto, além de densa, necessariamente própria e primordial, o ser de cada sujeito não convive em si próprio, e sim, em seu adverso, no qual corre perigo de se dissolver. Contrariando Hegel, Marx (1988) desprende a alienação como um fenômeno do espírito, e define que é uma circunstância resultante dos fatores materiais dominadores da sociedade caracterizada por ele, especialmente, no sistema capitalista, em que os afazeres humanos se acionam de modo a fazer materiais que imediatamente são separados dos interesses e da aquisição de quem os produziu, para se transformar em mercadorias, ou seja, o estranhamento que o proletário tem com o produto que produz. Os humanos não se distinguem como fabricantes das instituições sociopolíticas e variam entre aceitar passivamente tudo o que existe e se rebelar particularmente, estes fatos se devem ou por ser apresentado tudo como natural, divino ou lógico, ou por ponderar que, por sua própria ambição e esperteza, podem ir além do que a realidade os proporciona. Em ambos os casos, a sociedade é o outro (*alienus*), algo exterior ao ser, distinto do ser e com total ou nenhum poder sobre o indivíduo (CHAUI, 2000). Adorno e Horkheimer (1995) discorrem sobre como a alienação leva o indivíduo à incapacidade de uma análise crítica. Os autores dizem que "o preço das grandes invenções é a ruína progressiva da cultura teórica" (ADORNO E HORKHEIMER, 1995, p. 10). Logo, fazem um julgamento ao fato de apesar do grande avanço técnico, tecnológico e racional, não ocorrer uma reflexão humana, teórica e crítica acerca desses avanços. A racionalidade vira uma ferramenta de fazer dinheiro, tornando o indivíduo passível de se alienar por si mesmo. Ao invés da utilização dessa promoção tecnológica para fins intelectuais, a automação se volta como a grande característica deste avanço. Os grandes capitalistas com o intuito de conservá-lo, desenvolve essa utopia do desenvolvimento social através dos avanços técnicos, e para disseminar esta ideologia era imprescindível o apoio de meios que facilitassem o processo, surgindo assim a mídia. A mídia é o suporte que constitui o meio de comunicação. Naquele período esta era constituída pelos jornais, rádio e cinema. Atualmente, temos a internet como a grande mídia social. Essas mídias têm o intuito de massificar os ideais capitalistas com o aumento do seu público através do entretenimento, agradando a grande população, porém, seu conteúdo tem o intuito de motivar seu espectador a consumir, e conseqüentemente, a trabalhar e dessa forma não se voltar contra o capitalismo. Devido a isto, a mídia tem esse papel importante de entreter e alienar o indivíduo e disseminar sua ideologia e o consumismo de forma que este não perceba através de conteúdos absorvidos de forma fácil. Com início da mídia surge a indústria cultural, cuja trata seu público como uma massa, extinguindo o indivíduo como um ser emancipado. Essa indústria usa a tecnologia para difundir informações irrelevantes e conteúdos massificados de baixa qualidade com o intuito de

agradar e conformar a massa. Pois, a falta de informação leva o indivíduo a alienação. Enquanto esta alienação impede a liberdade do indivíduo em pensar, a consciência de classe não surge, pois as relações sociais ficam materializadas. Tornar as relações humanas como apenas compra e venda de força de trabalho é a grande jogada da indústria cultural. Além disso, visam também nivelar o intelecto das baixas camadas, através do uso dos canais de comunicação para progredir a ideologia dominante e manter a população crédula e satisfeita com a situação sociopolítica econômica que a cerca (ADORNO E HORKEIMER, 1995). Com estas teorias fica exposto que a alienação é uma questão oriunda das relações materiais de produção e da evolução técnica que não foi aliada a uma evolução intelectual. Ser alienado é estar desatento aos acontecimentos sociais, ou, achar que algo está fora de sua realidade, pois falta reflexão e empatia. O ser alienado perde o humanismo. Esta falta de reflexão pode ser um estado de espírito, mas comumente, é fruto do capitalismo, quer originou o uso desmedido da tecnologia e da massificação das mídias com sua indústria cultural. Por isso, é importante estudar a alienação, para promover uma reflexão ao nível de elevar o indivíduo a sua emancipação através da teoria crítica.

Rede Social As redes sociais são empregadas essencialmente para aglomerar um grupo de pessoas com interesses comuns, esse intercâmbio permite a permuta dos mais distintos tipos de conteúdos, como textos, áudios, vídeos, entre outros materiais multimídia. O conceito de rede social é amplo também no sentido de que o que está a ser ligado são não somente pessoas como também organizações (JORDAN et al., 2003). As redes sociais tornaram-se notadamente relevantes devido à sua multiplicidade no meio virtual e a forma rápida e eficaz como conecta essas pessoas e organizações. Atualmente, as mais comumente utilizadas no Brasil chegadas pelo estudo das plataformas digitais We are social e Hootsuite (2019) são o Facebook, Instagram, WhatsApp, Twitter e Youtube. Cardon (2008) caracteriza a Internet em dois aspectos principais. Primeiro, um grande acervo de dados e de informações, e, segundo, um campo para interações sociais. Este fato torna esses sites muito atrativos no decorrer do dia-a-dia, pela facilidade ao acesso de variadas plataformas com um clique e pela facilidade na comunicação, entretanto o seu uso desmedido pode acarretar não apenas o arrefecimento da produtividade, como a alienação aos acontecimentos que ocorrem no país, pois o usuário sempre receberá opiniões já formadas, impossibilitando uma análise mais sólida sobre o episódio de maneira única e imparcial. Exemplificando, conforme dados da rede social Facebook, seus algoritmos escolhem o que cada usuário irá ver de acordo com a preferência e as buscas que o mesmo faz na rede. Isso acaba limitando seu contato com outros tipos de conhecimento e ambiente social, levando-o a um círculo vicioso. Estes algoritmos com a personalização do conteúdo ocorrem em outras redes sociais. Dessa forma, o conteúdo de cada usuário é predeterminado pela própria rede que ele utiliza (GUEDES, 2017). Tapia (2006) faz uma reflexão sobre a Internet, da qual se consiste em afirmar que a alienação já existe há tempos, mas se expandiu com a tecnologia e as redes sociais. As redes difundem o consumismo em todas as suas vertentes, tira a capacidade de pensar em sociedade e transforma o que era pra ser algo que une as pessoas em algo solitário, tornando o usuário sozinho num "mar de gente". Pois, as relações humanas se tornam desvalorizadas, visto que o ser humano se torna apático quando alienado. Outro ponto importante que o autor expõe é que o analfabetismo funcional é um fator agravante de alienação para os usuários assíduos das redes sociais, porquanto o torna mais passível de não conseguir discernir o que é informação e saber do que é intelectualmente dispensável. Contudo, não tira a importância da rede de difundir informações, visto que é utilizado pela massa. Este uso massivo das mídias constitui meios de concepção social inovadores e por meio destas o compartilhamento de informações ocorre de maneira

ampla, o que atinge muitas pessoas rapidamente (LÉVY, 1999). Assim, é importante também ressaltar a importância das redes sociais em conscientizar e o poder de reivindicação que a mesma possui, visto que dentro dessas novas concepções sociais surgem grupos que lutam pelas causas sociais e as usam para tentar mudar o cenário sociopolítico econômico ou a realidade da qual vivem. Com esta onda de protestos virtuais nasce o ciberativismo, definido por Vegh (2003) como o uso da Internet para o engajamento político de determinado grupo. Através do ciberativismo ocorre a conscientização e promoção de uma luta, com a propagação desta através do meio alternativo de informação que seria a própria rede social, o que dissolve o bloqueio dos meios de comunicação tradicionais. Para aderir às causas sociais, uns grupos utilizam o ativismo hacker, invadindo ou congestionando sites e outros organizam e mobilizam pessoas a partir das mídias sociais. O ciberativismo promoveu grandes protestos mundiais, como a "Primavera Árabe", entre 2010 e 2011, que ocorreu entre os árabes, se desdobrando pelo Oriente Médio e a África. Nas ruas e redes sociais - como o Facebook, Youtube, Twitter e blogs - eles protestavam pela grave situação econômica dos países e pela ausência de democracia. A utilização da rede social foi tão importante nestes protestos que o governo tirou o acesso virtual da população para evitar que o movimento se difundisse (ELTANTAWY; WIEST, 2011). Ante o exposto, podemos concluir que as redes sociais são uma dicotomia. Ao mesmo tempo em que propaga informações e faz revolução, torna alguns usuários desinformados e alienados. A utilização das redes sociais condiz com a emancipação do pensar de cada um e seu próprio discernimento. A Internet em si possui variadas formas de promoção da cultura, informações relevantes e estudos para agregar valor, mas também possui entretenimento, notícias falsas, alienação e consumismo. O que cada usuário consome é fruto da sua própria crítica, instrução e interesse. Para Durkheim (2008) as normas sociais se relacionam à cultura, visto que a constituição do ser social é cometida em boa parte pela educação. É a absorção do indivíduo de diversas normas e princípios morais, religiosos, éticos ou de conduta, que limita o comportamento do sujeito em seu determinado grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela. A cultura tem papel essencial em fazer o homem se distinguir, se posicionar e se estimar dentro da sociedade. Dessa forma, a identidade cultural é identificação de um grupo ou de um indivíduo, na maneira em que ele é influenciado pela sua atribuição a este grupo ou cultura. Outrora as identidades eram mantidas devido à falta de contato com culturas distintas. Todavia, com a globalização isso foi modificado, pois fez as pessoas terem interação entre si e com o mundo ao seu redor. Um sujeito que nasce em um ambiente absorve todas as características deste, entretanto, se ele for submetido a uma cultura distinta por muito tempo, ele contrairá características deste novo ambiente ao qual pertence. No século XVIII a cultura era medida pelo grau de civilização de uma sociedade, segundo Chauí (2008). Cuche (2002) completa o raciocínio afirmando que ela era considerada um processo que tira a humanidade da ignorância e da irracionalidade. Já no século XIX o termo "cultura" tinha um uso elitista, de acordo com Thompson (1999), pois era utilizado para reverenciar a nobreza intelectual europeia. Assim, o etnocentrismo fez a reunião das múltiplas culturas existentes na Europa, surgindo, pela primeira vez, à utilização do termo "cultura" como conotação de diversidade. O fim do etnocentrismo ocorreu apenas no século XX com o surgimento da antropologia social e da antropologia política. Assim, Chauí (2008) afirma que os europeus englobaram os conceitos dos filósofos germânicos, que consideram o homem como agente cultural. Chauí (2008) indaga que o capitalismo global constituiu uma divisão cultural fomentada pelas relações de poder entre cultura dominante e dominada, opressora e oprimida, de elite e popular, formal - ou letrada - e popular - aquela que é

produzida espontaneamente. Todo bem cultural é, então, seguido por um comércio. A era pós-moderna, com toda a sua evolução, trouxe o consumismo exagerado, e, conseqüentemente, a alienação, e como seu fruto, essa era é caracterizada como a do vazio e da imagem. Este conceito de sujeito na modernidade foi questionado na pós-modernidade pelo filósofo francês Lipovetsky (1983) e o sociólogo polonês Bauman (2001). Ambos discorrem que esse momento é caracterizado pelo individualismo e amor por si próprio - cujo prazer é o bem supremo e personalizado; pela indiferença ao próximo; pelo encanto generalizado. A verdade não é questionada, a violência social é banalizada, a insignificância prossegue. O imediatismo toma conta da sociedade, tudo tem que ser na hora, os indivíduos não podem mais esperar. Os autores também discorrem que a era pós-moderna, leva a uma perpetuação do vazio e da degradação mental. A essência é consumida. Na era do consumo de massas, quando se dão mais valor a individualidade e permissividade, testemunhamos ao entusiasmo da sociedade e dos costumes na oposição das requisições para a estruturação do pensar. Um indivíduo prova do vazio existencial quando não localiza um sentido na sua vida, e, dessa forma, sente-se alienado e busca outras formas de preencher esse vazio, e na maioria das vezes o "vazio" é preenchido com mais "vazio". Os usos destrutivos da televisão e do computador surgem como ponto principal desse momento em que a realidade virtual supre a realidade real, e, é o combustível para a cultura do "vazio" ser difundida, visto que o mundo virtual engloba várias linguagens e pessoas. O vazio pode ser considerado aquilo que não é arte, pois sem a cultura, a arte não existiria. E, portanto, dizer que ela é irrelevante é ignorar o significado que ela possui no público que a usufrui. Porém, não existem culturas melhores que as outras e sim culturas diferentes. Dessa forma, conforme Coli (2006), a arte também tem seus pontos de vistas diferentes, de acordo com a região, o país, o seu círculo social, entre outros. "Podemos dizer também que a arte, em certos casos, torna-se insígnia de uma 'superioridade' que um grupo determinado confere a si mesmo. Interessar-se pela arte significa ser mais 'culto', ter espírito 'mais elevado', ser diferente, melhor que o comum dos mortais." (COLI, 2006, p. 105) Em 1939, Ortega y Gasset (1963, pg. 85) já dizia que "o homem posto a viver de fé na técnica e somente nela, fique com sua vida vazia [...] Por isso, estes anos que vivemos, os mais intensamente técnicos que houve, são os mais vazios". Perante os teóricos expostos, conclui-se que a cultura do vazio, no caso, é aquela cultura que não é arte, que não é usada para reflexão e aprimoramento do intelecto, é aquilo que o indivíduo faz por alienação ou ideologia. É fazer por fazer. É técnica e automação. Algo cotidiano e rotineiro que o indivíduo já pratica como se fosse uma máquina. É a consequência dos seus atos atrelados ao consumismo e ao uso abusivo da era tecnológica. Exemplificando essa cultura do vazio, é aquele usuário das redes que está online apenas para consumir imagens, músicas sem conteúdo, conseguir likes, ver notícias das celebridades ou até dos vizinhos. Ou seja, num mundo virtual envolto de sites com informações culturais, blogs com conteúdos relevantes, o Google Acadêmico, a possibilidade de visitas virtuais a museus, entre outros, ele prefere ficar no superficial das redes sociais, no conhecimento raso, ao invés de se aprofundar. Diante da facilidade do compartilhamento que as redes sociais promovem, a cultura do vazio é facilmente disseminada. Como por exemplo, notícias falsas compartilhadas sem checar a fonte. Um vai passando pra o outro e no fim como dizia Joseph Goebbels, "uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade". Isto mostra que a cultura do vazio pode ser nociva para os setores: social, acadêmico, político e econômico.

---

## **ASSOCIAÇÕES ENTRE BEM-ESTAR SUBJETIVO E AS CONCEPÇÕES SOBRE FAMÍLIA DE ADOLESCENTES E JOVENS EM CONFLITO COM A LEI**

GIANI CRISTINA DA SILVA DAS MERCES

MARIANA SOTOCORNO SILVA

CAMÉLIA SANTINA MURGO

A literatura aponta que podem existir fragilidades nas composições familiares de adolescentes em conflito com a lei. Fragilidades essas que dificultam o desenvolvimento saudável destes jovens e a vinculação com os membros do seu grupo familiar, impactando seu bem-estar e desenvolvimento saudável. A compreensão da caracterização das famílias bem como da subjetividade do adolescente em situação de vulnerabilidade podem ser de grande valia. Porém, não apenas fragilidades devem ser investigadas, mas também as potencialidades e virtudes desses adolescentes. Verificar as possíveis associações entre bem-estar subjetivo e as concepções sobre família de adolescentes em conflito com a lei. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa na modalidade estudo de caso, cujo o recorte temporal se define como um estudo transversal. Participaram da pesquisa 5 jovens de ambos os sexos, sendo 04 homens e 1 mulher, com idades entre 14 e 23 anos que estão cumprindo medida socioeducativa em um CREAS- LA/PSC, em uma cidade do interior paulista. O instrumento utilizado foi uma entrevista semiestruturada, composta por 15 questões abertas, baseadas em dois fatores considerados de proteção ao desenvolvimento saudável, sendo estes os atributos pessoais (auto percepção) e a coesão familiar. O projeto foi aprovado no Comitê de ética em Pesquisa (72105517300005515). Os dados coletados a partir das entrevistas foram analisados pela categorização das respostas, procedimento derivado da técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados das entrevistas foram organizados em duas categorias de análise sendo a primeira denominada Bem-estar subjetivo revelados nas falas dos adolescentes e a segunda concepções sobre família. Quanto ao bem-estar os adolescentes informaram que vivenciam afetos positivos como realização e alegria ao conseguirem conquistar algo que parecia inatingível e afetos negativos como raiva e humor aversivo frente as adversidades do cotidiano. Em relação as concepções de família revelam que desejam uma família feliz e coesa, caracterizada pela ausência de conflitos. Além disso falam da importância da comunicação e da necessidade de afeto, apontados como pontos fracos nas suas relações familiares. Os achados trouxeram novas constatações acerca da subjetividade de adolescentes e jovens em conflito com a lei. Também revelaram os significados atribuídos a família, e nessa instancia

compreende-se que embora os contextos familiares possam estar fragilizados, ainda é de grande importância para os adolescentes os vínculos familiares em especial com suas mães. Espera-se que a pesquisa contribua para a estruturação de propostas interventivas promotoras do bem-estar subjetivo e do resgate do sentido da família em instituições de cumprimento de medidas socioeducativas. A Psicologia Positiva tem se dedicado a investigação das virtudes humanas em contextos e grupos diversificados e essa nova abordagem procura levar em conta a saúde e o bem-estar como uma nova perspectiva, que valoriza as forças e potencialidades humanas. O presente trabalho teve como objetivo a verificação da ocorrência dos fenômenos estudados por essa abordagem, em adolescentes e jovens em conflito com lei, adolescentes estes que tem um perfil de famílias com estrutura frágil, monoparental, problemas com limites e regras, com direitos violados, problemas com violência, etc. O objetivo da presente pesquisa foi verificar associações entre bem-estar subjetivo e as concepções sobre família de adolescentes. Participaram da pesquisa 5 jovens de ambos os sexos, com idades entre 14 e 23 anos que estão cumprindo medida socioeducativa em um CREAS- LA/PSC, em uma cidade do interior paulista. Foram utilizadas para coleta de dados um questionário de entrevista semiestruturado. Os achados foram discutidos a luz da Psicologia Positiva. Com esta pesquisa, pretende-se trazer novas constatações acerca da subjetividade de adolescentes e jovens e dos significados atribuídos a família, o que poderá favorecer a estruturação de propostas interventivas promotoras do bem-estar subjetivo. Protocolo CAAE: 72105517.3.0000.5515

---

## **CONTRIBUIÇÕES ACERCA DA APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM ORAL E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

BRUNA PAULA TEIXEIRA MARQUES

JOSIELE TORRES FUZIEL

ANDREIA JAQUELINE DO NACIMENTO CORREIA

DENISE ALESSI DELFIM DE CARVALHO

Esta pesquisa discutirá a Educação Infantil que é uma etapa da Educação Básica que visa à promoção do desenvolvimento integral da criança, de suas habilidades e potencialidades. A oralidade, as práticas iniciais de leitura e da escrita não podem ser esquecidas no decorrer deste trabalho. Nesse sentido, acreditamos que as atividades promovidas no ambiente escolar precisam estar alinhadas às situações comunicativas reais e que aproximem a realidade social do aluno ao contexto das práticas pedagógicas. Por isso, a metodologia de trabalho do professor precisa valorizar a cultura oral e escrita das crianças. As crianças, independentemente de suas condições de vida, vivem imersas em um mundo de escrita e vivenciam práticas de leitura e escrita diversas, pelo fato de conviverem com pessoas que utilizam esses recursos para todos os tipos de tarefas cotidianas. No entanto, dependendo do trabalho realizado na fase escolar, estas mesmas crianças poderão cada dia mais desenvolver o gosto pela leitura e escrita ou ao contrário, poderá criar nos alunos resistência ou aversão. Muitas vezes, pelo fato de não haver a preocupação com a realização de atividades de alfabetização, realmente significativa, envolvendo leitura e escrita, os alunos acabam realizando-a muito mais por obrigação do que pelo prazer em aprender a ler e escrever, os motivos para que isso ocorra são diversos. As atividades promovidas no ambiente escolar podem ser enfadonhas porque não estão relacionadas às situações comunicativas vivenciadas pelos alunos. Da mesma forma, a metodologia de ensino pode não valorizar a cultura oral e escrita dos mesmos e o professor pode não ser um bom exemplo de cidadão leitor já que ele mesmo muitas vezes não tem acesso ou condições de modernizar o seu acervo literário ou investir em formação de qualidade. Sendo assim não se pode desconsiderar as várias consequências que uma má alfabetização, sem significado social, poderá acarretar na vida dos alunos. Dessa forma, este estudo buscará discutir a importância do desenvolvimento de atividades, com as consequências que uma má formação e valorização da alfabetização pode acarretar na vida dos alunos. Considera-se fundamental o desenvolvimento de atividades de leitura e escrita prazerosas, lúdicas e com qualidade literária no processo de formação do leitor. Para tanto é necessário discutir sobre o professor como mediador neste processo, bem como a utilização de diferentes metodologias e estratégias, pautada na análise dos resultados. Portanto, essa

pesquisa coloca alguns questionamentos que irão direcioná-la: O que ler para as crianças? Por que valorizar os conhecimentos prévios dos alunos no processo de leitura e escrita? Quais práticas pedagógicas precisam ser desenvolvidas para melhor aprendizagem da Linguagem oral e escritas já na Educação Infantil? Por que o uso de atividades lúdicas pode favorecer o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita? Assim, este estudo pretende contribuir de forma a aprofundar o debate sobre as práticas pedagógicas que contemplem a linguagem oral e escrita na Educação Infantil. Nessa perspectiva, intencionou promover também uma maior reflexão sobre o papel da mediação do professor no processo de leitura e escrita na fase pré-escolar. Os professores da Educação Infantil precisam estar atentos às atividades mediadoras que incentivem o processo de leitura e escrita desde cedo. Leal e Albuquerque (2010) afirmam que "A leitura é uma fonte que nunca para e as pessoas precisam sempre estar abastecendo". (p. 90). Quando o professor trabalha desde cedo este incentivo o aluno já cresce imerso a este meio, assim, poderá se apropriar cada vez mais do conhecimento por intermédio da leitura e escrita. Partindo dessa premissa é que os mediadores da leitura se apresentam como atores principais de intermédio entre a criança e o texto. São os mediadores que vão traçar o caminho que a criança irá percorrer. Por isso, é de suma importância que pais, professores, bibliotecários e agentes culturais tenham consciência do papel formador, para que essas práticas não sejam meramente técnicas. (BURLAMAQUE; MARTINS; ARAUJO, 2011, p. 76) Dessa forma o professor deve aproximar a aprendizagem da vivência do aluno, trazer atividades a serem trabalhadas em sala que leve o aluno a estabelecer uma relação afetiva entre a leitura e a realidade. Para isso é preciso que o leitor se preocupe com o que lê e pra quê ler, sendo assim: Cabe aos mediadores, ainda, levar o sujeito leitor a perceber o texto, compreender, dialogar e discutir aquilo que leu. O leitor não deve ser um sujeito passivo diante da leitura, mas necessita estabelecer uma relação de troca, uma experiência que o leve a se questionar, duvidar, crer e tecer novas concepções acerca do que leu. (BURLAMAQUE; MARTINS; ARAUJO, 2011, p. 76) Justifica-se portanto a relevância, desse estudo que discutirá não apenas a importância das práticas pedagógicas da leitura na educação infantil, mas também, como deve ser trabalhado para que o aluno desenvolva também o início da escrita, pois, através da leitura o aluno pode ser instigado a refletir sobre o que leu por meio de produções textuais coletivas e outras atividades mediadas pelo professor.

2.1 Objetivo Geral Analisar as contribuições de práticas pedagógicas que contemplem a linguagem oral e escrita na Educação Infantil, especificamente para crianças em fase pré-escolar.

2.2 Objetivos Específicos

- Discutir as concepções de linguagem, bem como o conceito de linguagem oral e escrita;
- Refletir sobre a linguagem oral e escrita na Educação Infantil a partir das interações desenvolvidas na pré-escola;
- Analisar as diferentes práticas de leitura e escrita propostas nos subsídios oficiais para o trabalho com a Educação Infantil, mais especificamente na pré-escola;

A presente pesquisa de natureza descritiva será de caráter qualitativo, por meio de estudos bibliográficos que trazem reflexões sobre a importância e influência do professor no processo de alfabetização, utilizando como método a linguagem oral e escrita infantil. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 155), "A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais". Os levantamentos bibliográficos serão feito por meio de bibliotecas virtuais, sites de busca científica como: Scielo, Banco de dados da CAPES. Podendo utilizar livros, artigos, teses e dissertações científicas que abordem o tema de forma a acrescentar conteúdos confiáveis para nossa pesquisa. O presente projeto será submetido ao comitê de ética, mais especificamente a

Coordenadoria de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - CPDI, pertencente à Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE. No presente trabalho de origem bibliográfica e documental será feita a coleta de dados por meio de bibliotecas virtuais, sites de busca científica como Scielo e Banco de dados da CAPES. Podendo utilizar livros, artigos, teses e dissertações científicas que abordem o referido tema, utilizando autores diversos que tanto discutam sobre a importância da linguagem oral e escrita na educação infantil, quanto contradigam o mesmo; para que assim seja feito um trabalho enriquecedor. Passando por uma análise crítica e construtiva verificando a veracidade e o rigor científico de todas obras selecionadas. Utilizando como apoio a técnica do fichamento bibliográfico que consiste em organizar o levantamento de dados feito por meio das obras selecionadas. Nesta técnica segundo Lakatos e Marconi (apud VOLTARE e ALMEIDA, 2014, p. 4), [...] deverá conter: a) indicação bibliográfica, referenciando a fonte de leitura; b) resumo do conteúdo da obra; c) citações diretas e indiretas, apresentado as transcrições e paráfrases significativas da obra; d) comentários que expressem a compreensão crítica do texto, baseando-se ou não em outros autores e obras; e) ideiação, buscando colocar em destaque as novas ideias que surgiram durante a leitura reflexiva. Espera-se assim, que o presente projeto tenha se desenvolva com rigor científico para que se encaixe nas exigências necessárias a pesquisa científica. De acordo com Seber (2009) deve se compreender de que maneira a criança progressivamente organiza as informações assimiladas a partir da diversidade de situações vividas, e ao mesmo tempo a escrita passa a ser definida como um sistema de representação em vez de ser considerado um código de transição. O entendimento das relações entre os atos de escrita e leitura observados e sua significação exige enorme esforço de conscientização, sem o qual a criança não pode compreender o modo como esse sistema funciona para possibilitar o intercâmbio de ideias. (SEBER, 2009, P. 215) A autora traz consigo também a reflexão da organização de informações assimiladas pela criança a partir da diversidade de situações vividas, junto disso como a escrita passa a ser definida como um sistema de representação ao contrário de ser considerado um código de transição. Quando a maioria das formas gráficas passa a ser reconhecida como letra, observamos que muitas crianças escrevem, com certa quantidade de sinais, palavras ou frases e interpretam tais produções fazendo uma leitura global. (SEBER, 2009, P. 224.) Discute-se também a importância do professor tomar o cuidado de não interpretar equivocadamente as oscilações que o aluno no início do processo de alfabetização costuma demonstrar ao longo das atividades diversas aplicadas a ele. "As idas e vindas acontecem em virtude de reformulações constantes, que atingem a organização interna das ações. As novidades se combinam com as aquisições anteriores e o resultado são estruturas gerais do conhecimento. (Seber, 2009, p. 25)" Já as autoras Brandão e Rosa (2011) falam sobre a importância de alfabetizar e letrar na educação infantil, explicando o que é alfabetização e o que é letramento, para que os professores compreendam suas diferenças e ao mesmo tempo entendam que ambos devem ser trabalhados juntos e como eles devem ser trabalhados nos anos iniciais da infância. Falam sobre os momentos em que o professor estabelece com o estudante uma rotina de troca de fatos, dando voz as crianças e espaço para que elas pensem e falem sobre determinado assunto ou tema. São nesses momentos que os estudantes irão pôr em prática o uso da linguagem de forma pensada e assim, ampliam suas habilidades, aprendendo as entonações variáveis durante a fala, pensando na estrutura de um texto dito oralmente. Ao longo destas práticas, torna-se mais autônomo e com maiores propriedades na fala. (Brandão e Rosa, 2011, p.21). De acordo com Seber (2009) deve se compreender de que maneira a criança progressivamente organiza as informações assimiladas a partir da diversidade de situações vividas, e ao mesmo tempo a escrita

passa a ser definida como um sistema de representação em vez de ser considerado um código de transição. O entendimento das relações entre os atos de escrita e leitura observados e sua significação exige enorme esforço de conscientização, sem o qual a criança não pode compreender o modo como esse sistema funciona para possibilitar o intercâmbio de ideias. (SEBER, 2009, P. 215) A autora traz consigo também a reflexão da organização de informações assimiladas pela criança a partir da diversidade de situações vividas, junto disso como a escrita passa a ser definida como um sistema de representação ao contrário de ser considerado um código de transição. Quando a maioria das formas gráficas passa a ser reconhecida como letra, observamos que muitas crianças escrevem, com certa quantidade de sinais, palavras ou frases e interpretam tais produções fazendo uma leitura global. (SEBER, 2009, P. 224.) Discute-se também a importância do professor tomar o cuidado de não interpretar equivocadamente as oscilações que o aluno no início do processo de alfabetização costuma demonstrar ao longo das atividades diversas aplicadas a ele. "As idas e vindas acontecem em virtude de reformulações constantes, que atingem a organização interna das ações. As novidades se combinam com as aquisições anteriores e o resultado são estruturações gerais do conhecimento. (Seber, 2009, p. 25)" Já as autoras Brandão e Rosa (2011) falam sobre a importância de alfabetizar e letrar na educação infantil, explicando o que é alfabetização e o que é letramento, para que os professores compreendam suas diferenças e ao mesmo tempo entendam que ambos devem ser trabalhados juntos e como eles devem ser trabalhados nos anos iniciais da infância. Falam sobre os momentos em que o professor estabelece com o estudante uma rotina de troca de fatos, dando voz as crianças e espaço para que elas pensem e falem sobre determinado assunto ou tema. São nesses momentos que os estudantes irão pôr em prática o uso da linguagem de forma pensada e assim, ampliam suas habilidades, aprendendo as entonações variáveis durante a fala, pensando na estrutura de um texto dito oralmente. Ao longo destas práticas, torna-se mais autônomo e com maiores propriedades na fala. (Brandão e Rosa, 2011, p.21). De acordo com Seber (2009) deve se compreender de que maneira a criança progressivamente organiza as informações assimiladas a partir da diversidade de situações vividas, e ao mesmo tempo a escrita passa a ser definida como um sistema de representação em vez de ser considerado um código de transição. O entendimento das relações entre os atos de escrita e leitura observados e sua significação exige enorme esforço de conscientização, sem o qual a criança não pode compreender o modo como esse sistema funciona para possibilitar o intercâmbio de ideias. (SEBER, 2009, P. 215) A autora traz consigo também a reflexão da organização de informações assimiladas pela criança a partir da diversidade de situações vividas, junto disso como a escrita passa a ser definida como um sistema de representação ao contrário de ser considerado um código de transição. Quando a maioria das formas gráficas passa a ser reconhecida como letra, observamos que muitas crianças escrevem, com certa quantidade de sinais, palavras ou frases e interpretam tais produções fazendo uma leitura global. (SEBER, 2009, P. 224.) Discute-se também a importância do professor tomar o cuidado de não interpretar equivocadamente as oscilações que o aluno no início do processo de alfabetização costuma demonstrar ao longo das atividades diversas aplicadas a ele. "As idas e vindas acontecem em virtude de reformulações constantes, que atingem a organização interna das ações. As novidades se combinam com as aquisições anteriores e o resultado são estruturações gerais do conhecimento. (Seber, 2009, p. 25)" Já as autoras Brandão e Rosa (2011) falam sobre a importância de alfabetizar e letrar na educação infantil, explicando o que é alfabetização e o que é letramento, para que os professores compreendam suas diferenças e ao mesmo tempo entendam que ambos devem ser trabalhados juntos e como eles devem ser trabalhados

nos anos iniciais da infância. Falam sobre os momentos em que o professor estabelece com o estudante uma rotina de troca de fatos, dando voz as crianças e espaço para que elas pensem e falem sobre determinado assunto ou tema. São nesses momentos que os estudantes irão pôr em prática o uso da linguagem de forma pensada e assim, ampliam suas habilidades, aprendendo as entonações variáveis durante a fala, pensando na estrutura de um texto dito oralmente. Ao longo destas práticas, torna-se mais autônomo e com maiores propriedades na fala. (Brandão e Rosa, 2011, p.21). De acordo com Seber (2009) deve se compreender de que maneira a criança progressivamente organiza as informações assimiladas a partir da diversidade de situações vividas, e ao mesmo tempo a escrita passa a ser definida como um sistema de representação em vez de ser considerado um código de transição. O entendimento das relações entre os atos de escrita e leitura observados e sua significação exige enorme esforço de conscientização, sem o qual a criança não pode compreender o modo como esse sistema funciona para possibilitar o intercâmbio de ideias. (SEBER, 2009, P. 215) A autora traz consigo também a reflexão da organização de informações assimiladas pela criança a partir da diversidade de situações vividas, junto disso como a escrita passa a ser definida como um sistema de representação ao contrário de ser considerado um código de transição. Quando a maioria das formas gráficas passa a ser reconhecida como letra, observamos que muitas crianças escrevem, com certa quantidade de sinais, palavras ou frases e interpretam tais produções fazendo uma leitura global. (SEBER, 2009, P. 224.) Discute-se também a importância do professor tomar o cuidado de não interpretar equivocadamente as oscilações que o aluno no início do processo de alfabetização costuma demonstrar ao longo das atividades diversas aplicadas a ele. "As idas e vindas acontecem em virtude de reformulações constantes, que atingem a organização interna das ações. As novidades se combinam com as aquisições anteriores e o resultado são estruturas gerais do conhecimento. (Seber, 2009, p. 25)" Já as autoras Brandão e Rosa (2011) falam sobre a importância de alfabetizar e letrar na educação infantil, explicando o que é alfabetização e o que é letramento, para que os professores compreendam suas diferenças e ao mesmo tempo entendam que ambos devem ser trabalhados juntos e como eles devem ser trabalhados nos anos iniciais da infância.

---

## **GÊNERO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO MORAL COMO POSSIBILIDADE DE CONSTRUIR PERSONALIDADES MORAIS E VALORES NAS RELAÇÕES DE GÊNERO**

ROSIMEIRE CARVALHO DOS SANTOS MASUDA  
CARMEN LÚCIA DIAS

A escola é vista como um espaço de heterogeneidade, ou seja, é composta por diferentes indivíduos que trazem consigo um contexto sociocultural diversificado, portanto, ideias, valores, crenças, padrões, entre outros, que estão em constante contato, daí, resultando em mudanças de ideias, comportamentos ou até mesmo contribuindo para a manutenção e propagação de valores, padrões rígidos de pensamento levando à desigualdade, ao preconceito e à discriminação. Nesta perspectiva, é fundamental termos uma ótica da escola como espaço, [...] em que entram em confronto - e em diálogo - diferentes sujeitos e diferentes modos de significação do mundo, o que inclui modos diversos de criar sentido para a sexualidade, para o gênero, para si mesmo e para o outro. Significações atravessadas pelas intencionalidades de diferentes sujeitos. Padrões que dizem quem é feio quem é bonito, qual o cabelo bom, qual o cabelo ruim, que roupas são de meninos, que roupas são de meninas, quais os jeitos e trejeitos que ele ou ela, eu ou você podemos ter. Normas que são construídas e desconstruídas, num jogo que envolve desigualdades, opressões, contradições e enfrentamentos. (BORTOLINI, 2011, p.5). Diante do exposto, podemos perceber que o âmbito escolar pode ser um espaço de discriminação, de desigualdade, de preconceito, de estereótipos acerca das relações sociais de gênero. Apesar do acelerado processo de democratização do ensino e da construção de modernas práticas pedagógicas, a escola segue sendo uma instituição que cria, reproduz e alimenta, através do processo de socialização/educação, ideologias e práticas discriminatórias excludentes. Desde o surgimento da escola, o cotidiano escolar se encarregou de trazer consigo uma práxis que divide, separa e discrimina, tanto internamente quanto externamente, encarregando-se de apartar os sujeitos, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização, a exemplo das classificações baseadas no gênero, na classe e na raça/etnia. (COSTA; RODRIGUES; VANIN, 2011, p.7). Perante a problemática no âmbito escolar é fundamental que a escola seja vista como espaço e possibilidade de transformação e superação dos papéis e padrões construídos em torno das relações sociais de gênero. Para isso, é preciso dar ênfase ao processo de ensino e de aprendizagem e adotar uma postura crítica e não de neutralidade ou indiferença sobre as relações de gênero, a começar pela seleção dos materiais a serem trabalhados em sala de aula, os livros didáticos, jornais, revistas,

vídeos, jogos, brincadeiras, etc., uma série e materiais que podem conter mensagens sexistas e corroboram com a representação estereotipada de mulheres e homens. (MAIA; NAVARRO; MAIA, 2011). Perceber a educação como instrumento de transformação é fundamental, assim, a educação escolar pode ser vista como uma possibilidade de desconstruir o binarismo em torno das relações sociais de gênero, pois ela tem, segundo Souza, Braga e Verni (2010, p.78): [...] um papel restaurador e construtor da consciência e posicionamento do indivíduo na sociedade. Todavia, devemos superar os fenômenos ditos naturais e inaugurar novas identidades, novos sentimentos que possam superar os padrões que permanecem historicamente entranhados nas relações sociais, econômicas e políticas. Jardim e Abramowicz (2005), consideram que quando a educação está relacionada ao gênero ela deve ser vista como instrumento de reflexão crítica acerca dos conceitos construídos pelos indivíduos, das práticas sociais, pedagógicas e discursivas entre os envolvidos com a educação. Ainda, Sardenberg e Macedo (2011, p.39) A adoção de um recorte transversal em torno das relações de gênero funciona como uma lente que possibilita a visibilização de uma série de aspectos que a sociedade vem naturalizando e que vem assegurando a perpetuação de relações assimétricas entre homens e mulheres. A partir dos 'filtros de gênero', torna-se perceptível que as mulheres não dispõem das mesmas condições que os homens para enfrentar os problemas da vida cotidiana [...]. Desse modo, adotar práticas pedagógicas que promovam a percepção e a reflexão acerca das relações sociais de gênero no âmbito educacional é essencial e a escola pode ser vista em uma perspectiva transformadora acerca das relações de gênero, visto que a educação escolar pode ser utilizada como meio de subverter as convenções ao possibilitar o desenvolvimento de uma ótica crítica acerca dos padrões construídos e romper com o pensamento binário que perpetuam e contribuem para o posicionamento hierárquico acerca do gênero na sociedade. Tendo em vista o suporte proporcionado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de 1997, que visou nortear os currículos do Ensino Fundamental e Médio no Brasil, é possível promover ações em âmbito escolar na abordagem das relações de gênero. Podemos destacar que com a elaboração dos PCN's, houve um avanço em relação a inclusão de gênero na educação. Embora, esteja restringida ao tópico de Orientação Sexual nos PCN's, podemos observar que a questão de gênero ganhou grandes contornos quando visa combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação, o respeito pelo outro sexo e pelas variadas expressões do feminino e do masculino, privilegiando-se a articulação do conteúdo do bloco concernente ao gênero com algumas áreas como a História. (VIANNA; UNBEHAUM, 2006). Conforme Pinsky (2018), muitas vezes os alunos nem têm o contato com o conceito de gênero presente na historiografia, um termo importante para as relações sociais. Essa falta de abordagem sobre o tema é grave, pois o tema de gênero nas aulas de História contribuiria com ganhos significativos na perspectiva das relações sociais de gênero. Nesse contexto, Pinsky (2018, p.32-33) aponta que: Capacitar os estudantes para perceber a historicidade de concepções, mentalidades, práticas e formas de relações sociais é justamente uma das principais funções das aulas de História. Ao observar que as ideias a respeito do que é 'ser homem' e 'ser mulher', os papéis considerados femininos e os masculinos ou a condição das mulheres, por exemplo, foram se transformando ao longo da história (como e por que), os alunos passam a ter uma visão mais crítica de suas próprias concepções, bem como das regras sociais e verdades apresentadas como absolutas e definitivas no que diz respeito às relações de gênero. [...]. Nessa perspectiva, podemos destacar que o currículo de História pode contribuir para a percepção e reflexão das relações de gênero ao longo do tempo e do espaço. Ainda, para que haja

mudanças significativas nessas relações é primordial adotar práticas que promovam a equidade, a construção de relações democráticas de sujeitos éticos que agreguem valores universais, o que pode ser possível por meio da Educação Moral. A educação moral pode ser entendida como um dos aspectos da educação integral, que abrange a educação corporal, a educação intelectual, a educação afetiva, a educação artística [...]. A educação ocupa um lugar de destaque porque pretende dar uma orientação e um sentido ao ser humano como um todo; ela, de certo modo, perpassa transversalmente todas as dimensões da formação humana. (GOERGEN, 2005, p.24). A Educação Moral pode ser um caminho para construção do sujeito moral e ser um eixo de articulação do tema diversidade na escola, viabilizando a problematização das diferenças hierarquizadas, promovendo a percepção e a consciência dos diferentes sujeitos e identidades respeitando-as sem restringir os direitos dos outros. Desse modo, a perspectiva da educação como construção da personalidade moral é apontada como possível referência para a abordagem de diversidade de gênero e sexual na escola, pela perspectiva dialógica da construção da moralidade aproximar-se de paradigmas contemporâneos, (SOUZA; ARAUJO, 2012). Assim, sobre a educação moral "[...] pode-se dizer que sua influência educativa deve contribuir para um sujeito consciente e autônomo, capaz de decidir que atitudes tomar que, na busca da felicidade, preservem tanto interesses individuais quanto sociais." (GOERGEN, 2005, p.25). Segundo Souza e Araujo (2012, p.1), a identidade pode ser definida: [...] como um conjunto de representações de si que agregam valores (morais ou não) e como ele se articula com as transformações sociais, permitindo aproximações e distanciamentos entre pessoas e/ou grupos. Assim, semelhanças e diferenças se forjam a partir da produção de identidades pessoais e grupais, delineando relações de estranhamento e de pertença, cuja tensão pode desencadear ações cooperativas/colaborativas e/ou de violência e/ou indiferença. As identidades são construídas por meio das relações sociais, pois "[...] O ser humano por sua própria condição humana vive e age em situação social. [...] É no contexto da convivência que se abrem para ele todas as possibilidades, mas também se impõem os limites e as normas." (GOERGEN, 2005, p.25). A educação moral pode ser um importante instrumento na formação de indivíduos morais, pois possibilita a percepção e a conscientização do outro e das relações sociais e, assim, por meio do respeito aos direitos e deveres do indivíduo, contribuir para uma sociedade democrática. Conforme Goergen (2005), os conteúdos morais promoveriam a atitude moral que levaria o sujeito a ter a consciência de decidir a melhor maneira de agir em prol de si e da sociedade. As decisões morais possibilitam a escolha de um caminho desejável e o socialmente justo, isto é, em busca de um meio a alcançar proposições adequadas para os indivíduos e para a coletividade. Dessa maneira, cabe ressaltar que ao se adotar uma perspectiva de educação moral é importante levar em conta o contexto em que o educando está inserido, partindo de dilemas e conflitos que fazem parte da sua realidade, como os temas e conflitos sobre as relações de gênero sob a ótica de valores universalmente desejáveis. Assim, conforme Souza e Araujo (2012, p.5): [...] compreender a educação moral a partir das experiências e condições concretas de vida, questionando as formas de pensar, sentir e agir diante da diferença; produzir novas formas de pensar, sentir e agir oriundas da articulação de questões individuais, tais como necessidades e desejos, bem como projetos e valores coletivos. A educação moral e ética pode viabilizar os espaços de problematização sobre a diversidade (de ideias, valores, cultura, linguagem, afetos, etc.) com a finalidade de negociar significados e sentidos na direção de princípios comuns para as relações sociais, extrapolando a vida escolar. Pode auxiliar na superação da reprodução das relações sociais ao considerar as diferenças para problematizar as condições concretas de vida das pessoas. Desse modo, é fundamental

percebermos como o processo de ensino e de aprendizagem, por meio da disciplina de História e da Educação Moral, podem ser importante na construção de valores morais como meio de superação das desigualdades de gênero e o (a) professor (a) como figura fundamental nesse processo, pois é através da sua percepção acerca das relações de gênero que poderá selecionar conteúdos e métodos apropriados para a abordagem sobre o tema. Se as relações de gênero estão presentes no cotidiano escolar, certamente, elas se desenrolam na sala de aula, aí que entra a função pedagógica do professor como meio de superar as desigualdades de gênero, as diferenças, os valores, os estereótipos que estão arraigados em nossa sociedade, muitas vezes, naturalizados e não questionados. Todavia, podemos notar que a percepção do binarismo de gênero e a abordagem sobre o tema requer uma postura crítica, reflexiva e consciente por parte do (a) professor (a), pois se o profissional da educação não estiver preparado e munido de conhecimentos teóricos e metodológicos para tratar do problema das relações de gênero corre-se o risco de tornar sua prática neutra ou naturalizada acerca das questões de gênero tanto na escola como na sociedade, uma lacuna que pode estar relacionada a formação do (a) professor (a) e dos padrões socioculturais. Nessa perspectiva, cabe observarmos os aspectos subjetivos do professor que se relaciona aos seus saberes e a sua prática docente. Assim, segundo Tardif (2014): [...] os professores de profissão possuem saberes específicos que são mobilizados, utilizados e produzidos por eles no âmbito de suas tarefas cotidianas. Noutras palavras, o que se propõe é considerar os professores como sujeitos que possuem, utilizam e produzem saberes específicos ao seu ofício, ao seu trabalho. A grande importância dessa perspectiva reside no fato de os professores ocuparem, na escola, uma posição fundamental em relação ao conjunto dos agentes escolares: em seu trabalho cotidiano com os alunos, são eles os principais atores e mediadores da cultura e dos saberes escolares. Em suma, é sobre os ombros deles que repousa, no fim das contas, a missão educativa da escola. Nesse sentido, interessar-se pelos saberes e pela subjetividade deles é tentar penetrar no próprio cerne do processo concreto de escolarização, tal como ele se realiza a partir do trabalho cotidiano dos professores em interação com os alunos e com os outros atores educacionais. [...] (TARDIF, 2014, p.228). Assim, evidencia-se uma problemática que recai sobre a formação dos professores. Será que os futuros profissionais da educação estão preparados (teórica/metodológica) para a abordagem das questões de gênero que surgem na escola? Como eles percebem as relações de gênero na sociedade e em sua formação? Em que medida a formação acadêmica, no curso de Licenciatura em História, prepara os (as) professores (as) para o trabalho com o gênero na escola? Conforme Tardif (2014, p.19): [...] No tocante à profissão docente, a relação cognitiva com o trabalho é acompanhada de uma relação social: os professores não usam o 'saber em si', mas sim saberes produzidos por esse ou por aquele grupo, oriundos dessa ou daquela instituição, incorporados ao trabalho por meio desse ou daquele mecanismo social (formação, currículos, instrumentos de trabalho, etc.). Por isso, ao se falar dos saberes dos professores, é necessário levar em consideração o que eles nos dizem a respeito de suas relações sociais com esses grupos, instâncias, organizações, etc. Os juízos cognitivos que expressam no tocante aos seus diferentes saberes são, ao mesmo tempo, juízos sociais. Eles consideram que o seu saber não pode ser separado de uma definição do seu saber-ensinar, definição essa que consideram distinta ou oposta às outras concepções do saber-ensinar atribuídas a esses grupos. Desse modo, Felipe (2007, p.85) aponta ser essencial [...] para a formação inicial e continuada de professores/as, desenvolver estudos e pesquisas que possam contribuir para um aprofundamento das discussões em torno das desigualdades no campo da sexualidade e das relações de gênero, pois desse modo talvez seja possível criar algumas condições que favoreçam mudanças de

concepção, evitando assim a manutenção das subalternidades nesse campo. Portanto, abordar o gênero na área da educação e a formação dos professores em consonância com os saberes necessários para o trabalho docente é promover um repensar dos mecanismos sociais que carrega consigo o espectro da reprodução ou manutenção das relações de poder. O gênero e a educação vão além de conceitos, falar desses temas requer ler nas entrelinhas da história da educação brasileira e das relações de gênero construídas historicamente. Demanda analisar as políticas educacionais, as instituições de ensino e as relações sociais. Exige abordagens sobre o assunto na bibliografia brasileira, pois durante o levantamento de referenciais para a elaboração deste projeto em bases de dados CAPES, Scielo, BDTD, pode-se constatar a escassez de estudos sobre as "relações de gênero" e "formação do professor de História". Por isso, é fundamental o desenvolvimento de estudos que visem uma análise sobre gênero e educação e que busquem descortinar os elementos ou mecanismos que contribuem para a reprodução das concepções binárias sobre gênero que predominam na sociedade. Diante do exposto, este projeto justifica-se pela necessidade de discutir e refletir as relações de gênero na formação do (a) professor (a) de História e se destacar a importância do recorte transversal da Educação Moral como possibilidade de construção da personalidade moral e da construção de valores éticos universalmente desejáveis nas relações de gênero. É de suma importância perceber como as relações de gênero são construídas na área da educação e formação do (a) professor (a) e, conseqüentemente, no âmbito escolar, na sala de aula, no currículo, no processo de ensino e de aprendizagem, isto é, verificar os mecanismos que contribuem para a naturalização de hábitos, valores, concepções, comportamentos nas relações de gênero na educação. Investigar se o curso de Licenciatura em História de uma Instituição de Ensino Superior Privada possibilita a formação do (a) professor (a) com embasamento teórico e metodológico sobre as relações sociais de gênero e a Educação Moral como meio de construir personalidades morais e valores nas relações de gênero. Esta pesquisa pautar-se-á na abordagem qualitativa descritiva do tipo estudo de caso com aporte teórico feminista, gênero e educação moral. A escolha da abordagem justifica-se por possibilitar ao pesquisador a análise de micro processos, por meio do estudo das ações sociais individuais e grupais através de uma abordagem hermenêutica, Martins (2004). Conforme Santos Filho e Gamboa (2013), a pesquisa qualitativa recusa expectativa de revelação de leis sociais, dando ênfase à compreensão e/ou a interpretação do fenômeno fundamentada nas perspectivas dos sujeitos. No que tange o estudo de caso, caracteriza-se pela relevância dos casos individuais, neste caso um pequeno grupo de alunos do curso de Licenciatura em História. [...] o estudo de caso qualitativo constitui uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios pré-determinados e, utilizando múltiplas fontes de dados, que se propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado. Os critérios para identificação e seleção do caso, porém, bem como as formas de generalização propostas, variam segundo a vinculação paradigmática do pesquisador, a qual é de sua livre escolha e deve ser respeitada. [...] (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p.650). Desse modo, o estudo de caso é desenvolvido em um ambiente natural com um olhar para a realidade levando em conta sua particularidade, complexidade e contexto, e, segundo Duarte (2008, p. 126) "[...] feito em profundidade pode constituir um bom começo para uma investigação mais global, a desenvolver depois com mais tempo e recursos [...]." Para o desenvolvimento desta pesquisa os participantes a serem selecionados serão os alunos do 5º termo de um curso de Licenciatura em História de uma Instituição de Ensino Superior Privada, localizada em uma cidade de médio porte, no interior do Estado de São Paulo. A escolha dos participantes será feita por meio de sorteio aleatório, correspondendo a uma

amostra de 52,94% (9 alunos) do total de 17 alunos. Para a obtenção de dados esta pesquisa pautar-se-á nos seguintes procedimentos: pesquisa documental e entrevista. Referente à pesquisa documental, Severino (2007), aponta às fontes que ainda não tiveram nenhum tratamento analítico como documentos legais, jornais, fotos, etc. Para esta pesquisa a análise das fontes consistir-se-á no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no Plano de Ensino (PE) objetivando identificar a perspectiva de abordagem de gênero. No tocante a entrevista, consiste em uma técnica de coleta de informações que se destina aos sujeitos da pesquisa e tem por finalidade obter respostas válidas e informações pertinentes (SEVERINO, 2007). De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p.179): A entrevista é importante instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais ou de outros setores de atividades [...]. A entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema. Para esta pesquisa a entrevista adotada é do tipo semiestruturada, ou seja, com um roteiro inicial previamente estabelecido, através de um formulário com questões aos participantes da pesquisa, que serão os alunos do 5º termo do curso de Licenciatura em História escolhidos por sorteio. Para garantir o sigilo e anonimato dos participantes estes serão nominados por letras do alfabeto e números. Após a coleta dos dados será feita a análise de conteúdo conforme a proposta de Bardin (2011), visando qualificar as concepções dos sujeitos da pesquisa em um processo que envolve três momentos: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A análise de conteúdo é um processo que possibilita "compreender criticamente" o que está implícito e abrange: [...] a análise do conteúdo das mensagens, os enunciados dos discursos, a busca do significado das mensagens. As linguagens, a expressão verbal, os enunciados, são vistos como indicadores significativos, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e a seus componentes psicossociais. As mensagens podem ser verbais (orais ou escritas), gestuais, figurativas, documentais. [...] a Análise de Conteúdo atua sobre a fala, sobre o sintagma. Ela descreve, analisa e interpreta as mensagens/enunciados de todas as formas de discurso, procurando ver o que está por detrás das palavras. (SEVERINO, 2007, p.121-122). Contudo, a análise de conteúdo pode ser compreendida como técnicas que possibilitam descrever os conteúdos produzidos durante o processo de comunicação, por meio de procedimentos sistemáticos que permitem a inferência de conhecimentos (BARDIN, 2011). Enfim, todo o material adquirido, ou seja, as informações obtidas por meio da análise documental e das entrevistas aplicadas serão organizadas por eixos e categorias e vinculando-se aos objetivos da pesquisa. Espera-se que este projeto possa contribuir para as discussões e reflexões sobre as relações sociais de gênero no âmbito escolar e na formação do (a) professor (a) de História com destaque para o recorte transversal da Educação Moral como possibilidade de construir personalidades morais e valores universalmente desejáveis nas relações de gênero. O presente projeto de pesquisa, vinculado ao Mestrado em Educação e à linha de pesquisa Formação e ação do profissional docente e práticas educativas, tem por objetivo geral investigar se o curso de Licenciatura em História de uma Instituição de Ensino Superior Privada possibilita a formação do (a) professor (a) com embasamento teórico e metodológico sobre as relações sociais de gênero e a Educação Moral como meio de construir personalidades morais e valores nas relações de gênero. O âmbito escolar pode ser percebido como um espaço heterogêneo, onde convivem indivíduos com um contexto sociocultural diversificado, portanto, ideias, valores, crenças, padrões rígidos que estão em constante contato podendo resultar em desigualdade, preconceito, discriminação, estereótipo etc. Assim, a escola pode contribuir para a reprodução ou influência de indivíduos com hierarquias sociais de gênero e concepções binárias entre

os sexos. Por isso, o (a) professor (a) deve estar preparado para o trabalho com as questões de gênero em âmbito escolar com uma formação embasada em conhecimentos teóricos e metodológicos e um olhar crítico e não naturalizado para o binarismo de gênero. A pesquisa será realizada sob a perspectiva qualitativa descritiva do tipo estudo de caso, tendo como participantes, alunos do 5º termo do curso de Licenciatura em História de uma Instituição de Ensino Superior Privada. Concernente aos procedimentos metodológicos serão utilizadas análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Plano de Ensino (PE) e entrevistas semiestruturadas com os alunos do 5º termo do curso de Licenciatura em História. Espera-se que este projeto possa contribuir para as discussões e reflexões sobre as relações sociais de gênero no âmbito escolar e na formação do (a) professor (a) de História com destaque para o recorte transversal da Educação Moral como possibilidade de construir personalidades morais e valores universalmente desejáveis nas relações de gênero. Protocolo CAAE: 02837418.6.0000.5515

---

## **IMPLICAÇÕES DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

ISABELLA GAMEIRO CAVALCANTE  
JOYCE CAROLAINA SILVA POLETTI  
JANAINA PEREIRA DUARTE BEZERRA

O trabalho sobre os jogos e brincadeiras na Educação Infantil, excepcionalmente falando sobre o desenvolvimento psicomotor da criança, objetiva investigar como tais atividades são aplicadas nas instituições escolares e quais suas reais contribuições para o desenvolvimento infantil. A escolha desse tema tem como propósito enfatizar quais as importâncias dos jogos e brincadeiras no processo de desenvolvimento psicomotor das crianças da Educação Infantil. Tendo em vista que a Educação Infantil é uma etapa importante do processo de formação da criança, devendo ser considerada como uma base social para todas as crianças, visando desde já as formar como cidadãos, entende-se que os jogos e as brincadeiras se constituem como recursos pedagógicos eficazes na construção desse desenvolvimento. Isto porque, estão presentes na vida da criança desde muito cedo, portanto, podemos considera-los como parte fundamental do universo infantil que auxilia no desenvolvimento de características e habilidades psicomotoras nas crianças que estão em processo de formação. Segundo Piaget (1978, p.123) "quando brinca, a criança assimila o mundo à sua maneira, sem compromisso com a realidade, pois sua interação com o objeto não depende da natureza do objeto, mas da função que a criança lhe atribui." O desenvolvimento da psicomotricidade é um assunto muito importante a ser discutido e trabalhado de forma integral na Educação Infantil pois as crianças dessa fase que possuem de 0 a 5 anos possui a curiosidade e o espírito investigativo muito aguçados, portanto, é preciso que seja valorizado seus conhecimentos por meio das sensações e experiências. Nesse sentido, pretende-se mostrar aos leitores práticas que estimule a melhoria e o desenvolvimento como é o caso dos jogos e das brincadeiras, atividades físicas que fazem com que a criança estimule o cérebro para que este equilibre seus movimentos. Trabalhar com jogos e brincadeiras na Educação Infantil tem um papel fundamental nas primeiras aprendizagens da criança, pois desenvolvem a assimilação. Além do mais, os jogos são atividades fontes de aprendizagem da Educação Infantil, pois o professor pode criar e reinventar o processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento do seu aluno a partir disso. O interesse por esse tema surgiu com base na observação das dificuldades que as crianças apresentam em seu desenvolvimento, e como os jogos e as brincadeiras

aplicadas ao cotidiano escolar influenciam em um melhor empenho de seu desenvolvimento. Assim sendo, o trabalho em questão, analisa a importância do brincar e jogar para o desenvolvimento da criança, não apenas em relação ao lazer ou passatempo, mas excepcionalmente na aprendizagem. Objetivo geral: Analisar a aplicação de jogos e das brincadeiras e suas implicações quanto ao desenvolvimento psicomotor da criança na Educação Infantil. Objetivos específicos: - Identificar as metodologias dos jogos e das brincadeiras que são aplicados na Educação Infantil; - Discutir a importância deste tema para o desenvolvimento dos fatores psicomotores: equilíbrio, tonicidade, lateralidade, esquema corporal, organização espaço temporal, coordenação motora global e fina; - Identificar as atividades relacionadas ao trabalho do desenvolvimento dos fatores psicomotores trazendo reflexões de suas influências e maneiras de aplicação. Esta pesquisa de caráter descritivo com abordagem qualitativa, utiliza como procedimentos metodológicos, um estudo bibliográfico, buscando informações e esclarecimentos sobre o jogar e o brincar no âmbito escolar como recurso de aprendizagem relacionado ao desenvolvimento psicomotor, sendo assim, serão realizadas leituras sobre o tema com a finalidade de estruturar discussões e conhecimentos necessários e essenciais para que o desenvolvimento psicomotor aconteça. O embasamento teórico é feito por meio da pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, que segundo Lakatos e Marconi (2001) é uma fonte secundária para coletar dados e contribuir cultural e cientificamente para o estudo do assunto determinado. O levantamento de dados será realizado em bases de dados científicas, tais como, Capes, Scielo, além da biblioteca virtual Pearson, artigos, livros já publicados anteriormente sobre a temática. O estudo aborda conceitos voltados a psicomotricidade e seus fatores, aos jogos e brincadeiras, quais as contribuições e processos para o desenvolvimento da psicomotricidade e como estimulá-lo no âmbito escolar. Portanto, este trabalho é dividido em dois capítulos, sendo que, no primeiro intitulado como "Jogos e brincadeiras na Educação Infantil" tratamos sobre as definições de ambos, as concepções de uso de acordo com alguns autores, como Kishimoto (1999,2006, 2016) e suas contribuições para o desenvolvimento do indivíduo. No segundo capítulo "A psicomotricidade" tratamos sobre a psicomotricidade, seus fatores e conceitos. Pretendemos ao final desta pesquisa contribuir para compreensão da importância de se trabalhar com os jogos e brincadeiras relacionados à educação infantil, e explicitar os seus benefícios para o desenvolvimento da criança desta fase. Os objetivos propostos são concretizados a partir de embasamento de diversos autores, dentre eles Kishimoto (1999,2006,2016), Gallahue (2001), Le Boulch (1987), entre outros, facilitando e esclarecendo questões norteadoras da temática. OS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL A primeira etapa da Educação Básica, denominada Educação Infantil, que atende crianças de 0 a 5 anos, é um período extremamente importante para o desenvolvimento, pois, propicia vivências, aprendizagem, experiência, curiosidade, investigação e reflexão. Nesta fase, a criança se manifesta e aprende de diversas formas, inclusive, pelo seu corpo e movimentos. Portanto, a Educação Infantil, enfoca no favorecimento do desenvolvimento infantil, a partir de estímulos, oportunidades, habilidades e aprendizagem. Segundo Gallahue & Ozmun (2003, p. 06) "o desenvolvimento é um processo contínuo que se inicia na concepção e cessa com a morte. O desenvolvimento inclui todos os aspectos do comportamento humano e, como resultado, somente artificialmente pode ser separado em 'áreas', 'fases' ou 'faixas etárias'". Nesse sentido, o desenvolvimento da criança acontece de forma pessoal e individual, ou seja, cada indivíduo tem o seu tempo pessoal, e o seu processo de se descobrir, se perceber, visualizar suas características e habilidades. Sendo assim, as atividades que envolvem os jogos e brincadeiras auxiliam a criança nesse processo de se reconhecer e construir

sua identidade, propiciando o desenvolvimento de forma mais prazerosa e a partir da interação com o outro. Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. (BRASIL, 2017, p.38). Portanto, os jogos e brincadeiras, são atividades necessárias e essenciais para a colaboração do processo de desenvolvimento global da criança, que beneficia as suas oportunidades de aprendizagem. Segundo Kishimoto (2006) o jogo para criança é fortemente significativo, pois parte de sua necessidade, por meio dele ela se conhece e revela as características e habilidades do seu eu, que está em desenvolvimento. Ou seja, ao brincar as crianças demonstram muito além daquilo que elas são, pois, suas brincadeiras envolvem ações acontecidas no universo em que ela está inserida e no que ela imagina. Segundo Kishimoto (1999, p.37) "o jogo educativo apresenta duas funções: a função lúdica que proporciona diversão, prazer e desprazer e a função educativa que ensina ao indivíduo um novo conhecimento ou complete um saber já existente." Porém, para que o jogo seja utilizado de melhor maneira dentro do âmbito escolar, e seja considerado de fato um jogo educativo, é necessário que essas duas funções aconteçam de forma equilibrada. Segundo Kishimoto (1999) quando as funções não acontecem de forma harmônica são provocadas duas situações: quando apenas a função lúdica predomina o jogo se torna apenas diversão, e ao contrário, resta apenas o ensino. Portanto, é necessário que o professor, ao escolher o jogo que irá trabalhar no processo de ensino e aprendizagem de seus alunos, preste atenção nos fatores que são primordiais e requerem equilíbrio, pois, o aprendizado da criança deve acontecer de forma significativa. Nesse sentido, não deve existir conflito entre a ação do brincar da criança e a prática pedagógica do professor. Cabe destacar, que os critérios devem considerar a idade, as capacidades, os objetivos que são pretendidos atingir, as preferências, e a disponibilidade de materiais. A PSICOMOTRICIDADE Ao falarmos de psicomotricidade, vários autores de diferentes campos apresentam uma definição para apresentá-la, dentre eles, Galvão (1995, p.10) "está relacionada ao processo de maturação, onde o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas. É sustentada por três conhecimentos básicos: o movimento, o intelecto e o cognitivo." Nesse sentido, ao falarmos sobre psicomotricidade não estamos nos referindo apenas a fatores associados a estrutura física do indivíduo, mas também a fatores internos, como a mente e o pensamento. Segundo Arantes e Haetinger (2009) a psicomotricidade tem como matéria de estudo a motricidade em seus aspectos físicos, psicológicos e ambientes, e popularizou-se como objeto de estudo científico a partir de 1970. Contudo, o desenvolvimento psicomotor deve ser constituído de forma que vise uma melhor qualidade a criança e de acordo com as fases propostas a cada idade, quando isso não ocorre as dificuldades não se caracterizam apenas em relação ao corpo físico, mas também, influência na capacidade de letramento, na interpretação de palavras e frases, na diferenciação de letras e fonemas, na forma de escrever e ler, e, no pensar, sobretudo, abstratamente e em relação a reversibilidade. Complementando esse pensamento, Arantes e Haetinger (2009, p. 41) cita que: "a psicomotricidade não prioriza ações motoras descontextualizadas, pois considera as habilidades e expressões corporais associadas às vivências do sujeito em determinado ambiente. Relaciona os gestos, as atitudes, as atividades, os comportamentos e as posturas da criança." Ou seja, embora muito pequenos, e ainda sem desenvolver a fala, a criança já começa a desenvolver os seus aspectos psicomotores, isto porque, a expressão da criança enquanto bebê se dá a partir do seu corpo, pelos gestos, expressando-se predominantemente por meio de

movimentos corporais. Conforme o seu crescimento, o desenvolvimento psicomotor acontece em outras maneiras e aspectos, como na fala, na interpretação do universo letrado e matemático, na percepção do corpo e dos espaços, dentre outras situações. Assim sendo, podemos compreender que pensar no tempo cronológico não é a única solução para o desenvolvimento psicomotor, para ele ocorrer de forma integral, deve haver estímulos que são diretamente ligados a relações das crianças com o outro, em diversos ambientais e sociedade. Também, devemos enxergar que cada criança tem a sua particularidade e complexidade. A psicomotricidade é composta por um conjunto de fatores que contribuem para o desenvolvimento integral da criança, sendo eles: esquema corporal, estruturação espaço-temporal, tonicidade, equilíbrio, lateralidade, coordenação motora global e fina. Nesse sentido, iniciamos falando sobre o esquema corporal, que de acordo com Marinho et al. (2012, p. 58) "o termo esquema corporal foi cunhado como resultado de pesquisas de neurologistas, psiquiatras e psicológicos que buscavam compreender a percepção do corpo e de sua integração como modelo e formador da personalidade." Ou seja, o esquema corporal não está relacionado apenas a estrutura física do indivíduo, mas é uma forma integral (corpo e mente), são experiências adquiridas pela maturação do cérebro. De acordo com Wallon (1981, p.09, apud MEUR e STAES, 1991, p.09) "o esquema corporal é um elemento básico indispensável para a formação da personalidade da criança. É a representação relativamente global, científica e diferenciada que a criança tem de seu próprio corpo." É o fator em que a criança é capaz de se perceber através do seu corpo, e, perceber o mundo que a envolve. Assim, a partir dessa percepção a criança inicia o seu processo de identidade e atuação do mundo em que vive. O segundo fator estruturação espaço-temporal está fundamentalmente relacionado ao esquema corporal, segundo Meur e Staes (1991) essa relação acontece, pois, se a criança não é capaz de se reconhecer, logo, ela não entenderá o espaço em que está inserida. Desta maneira, com a maturação adquirida de conhecer o seu eu, e o ambiente em que está inserida, com a estruturação espaço-temporal, o indivíduo passa a compreender o espaço que lhe é acessível, e também, que este é infinito, ou seja, muito além do seu redor. A organização espacial depende simultaneamente da estrutura de nosso próprio corpo (anatômica, biomecânica, fisiológica, sinestésica, proprioceptiva, etc.) da natureza do meio que nos rodeia e de suas características. Adquirimos progressivamente essa atitude de avaliar nossa relação com o espaço que nos rodeia e de ter em conta as modificações desta relação no curso dos deslocamentos que condicionam nossa orientação espacial. (ROSA NETO, 2014, p.20). Contudo, a estruturação espaço-temporal, depende do corpo não apenas em questões estruturais, mas em todos os seus aspectos, relacionado as características dos espaços e a partir das experiências propiciadas aos indivíduos e sua idade. A partir da estruturação espaço-temporal é que conseguimos nos locomover nos ambientes de forma exata, por exemplo, quando temos a percepção de andar em lugares com objetos sem esbarra-los. A tonicidade é um fator muito importante para a realização do indivíduo em relação aos movimentos e musculatura do corpo, que não se desenvolve sozinho, mas integralmente com outros, como o equilíbrio, a postura, etc. Segundo Marinho et al. (2012) o tônus muscular é um estado de tensão nervoso que acontece de maneira estática (parada) ou dinâmica (em movimento). Ou seja, os músculos do corpo humano sempre estão preparados para movimentações e aplicação de novas forças. O tônus muscular pode ser definido, de acordo com Marinho et al. (2012) de duas maneiras: hipertônico quando está contraído e/ou tenso, e hipotônico quando está relaxado e/ou descontraídos. A tonicidade é o fator que envolve a realização de movimentos e também a postura do indivíduo, pois, conforme o estado em que o tônus se encontra é necessário a força do músculo que é realizada a postura corporal. Os movimentos efetivados pelos indivíduos

são perceptíveis desde o nascimento da criança, pois, ainda quando bebê mesmo sem compreender o que está fazendo ele consegue, por exemplo, de forma inata, apreender o dedo de alguém com sua mão. Portanto, os movimentos são dominados e evoluídos pelos indivíduos de maneira sucessiva. Segundo Marinho et al. (2012) há dois estados da tonicidade que são comuns aos indivíduos, sendo eles a contração tônica e o reflexo miotático. A contração tônica é a baixa contração muscular, a sensação de relaxamento do corpo, mas em que o músculo espera prontamente um comando de contração ou relaxamento. O reflexo miotático é quando o músculo resiste ao estiramento. Contudo, há uma grande comunicação entre a linguagem, expressão e o corpo (postura e músculos), pois, muitas emoções que sentimos nem precisam ser ditas, visto que, são demonstradas pelo corpo. Um exemplo é quando estamos tensos e os músculos superiores (ombro) apresentam uma forte rigidez. O fator equilíbrio é a base de toda ação corporal, segundo Rosa Neto (2014, p. 17) "quanto mais defeituoso é o movimento mais energia consome, tal gasto energético poderia ser canalizado para outros trabalhos neuromusculares". Nesse sentido, a criança que não possui equilíbrio, ao desenvolver as atividades, e até mesmo as ações cotidianas, apresenta-se alterações em seu estado físico, emocional e mental. O processo de equilíbrio tem como base principal a postura, pois, antes da criança atingi-lo de fato, ela precisa reagir aos estímulos que lhe são propiciados. O equilíbrio dá condições para realização de ações superando a força da gravidade. Segundo Rosa Neto (2014, p.17) "o equilíbrio é considerado como um estado de um corpo, quando forças distintas que atuam sobre ele se compensam e se anulam mentalmente. Do ponto de vista biológico, a possibilidade de manter posturas, posições e atitudes indica a existência de equilíbrio." Portanto, o equilíbrio é muito importante, pois, é por meio do seu desenvolvimento, que a criança consegue ter a postura para sentar, ficar em pé, correr, andar, dançar, saltar, etc. O equilíbrio acontece de duas maneiras, sendo elas estática e dinâmica. O equilíbrio é estático quando há repouso, ou seja, quando o indivíduo senta-se mantendo a postura; e o equilíbrio é dinâmico quando há movimento, por exemplo, quando a criança consegue saltar com uma perna só ou caminhar sobre um banco sem apoio. O fator da lateralidade não é apenas saber os nomes dos lados do corpo e das coisas - direita ou esquerda -, e aliás, nem devemos confundir a lateralidade com esse conhecimento, pois, ela é a aptidão para coordenar os lados do próprio corpo, de modo individual ou separado, é um domínio desses aspectos. Segundo Meur e Staes (1991, p.12-13) "o conhecimento "esquerda-direita" decorre da noção de dominância lateral. É a generalização, da percepção do eixo corporal, a tudo que cerca a criança; esse conhecimento será mais facilmente apreendido quanto mais acentuada e homogênea for a lateralidade da criança." Nesse sentido, quando a criança começa a compreender sua facilidade em desenvolver e utilizar um lado do corpo, ela saberá definir aquele lado, isto é, ela entenderá se é destra ou canhota. Porém, quando a criança não conseguiu compreender essa facilidade com um dos lados, ou então, quando ela escreve com uma mão, mas tem maior habilidade na perna com outra, ela passa a ter dificuldade em nomear e distinguir os lados. Segundo Meur e Staes (1991, p.11) "durante o crescimento, naturalmente se define uma dominância lateral na criança: será mais forte, mais ágil do lado direito ou do lado esquerdo. A lateralidade corresponde a dados neurológicos, mas também é influenciada por certos hábitos sociais." Ou seja, a lateralidade está relacionada a dominância que temos da coordenação dos membros laterais do nosso corpo, e isso inclui, a mão que a gente escreve é aquela que temos maior habilidade; para as crianças que praticam esportes, como exemplo, o futebol, há uma perna que ela é dominante e por isso consegue jogar e chutar melhor com ela. De acordo com Rosa Neto (2014, p.22) "a lateralidade é a preferência da utilização de uma das partes simétricas do corpo: mão, olho, ouvido, perna; a lateralização cortical é a

especialidade de um dos dois hemisférios quanto ao tratamento da informação sensorial ou quanto ao controle de certas funções." O último fator, na verdade, é dividido em dois segmentos: coordenação motora global e coordenação fina. A coordenação motora global é aquela que envolve os músculos maiores do corpo, como por exemplo: quadríceps (músculo da perna). E a coordenação motora fina, por sua vez, envolve os músculos menores do corpo, por exemplo: os tendões dos dedos das mãos que são ligados ao músculo do antebraço. É a habilidade motora que permite a execução de movimentos amplos, como correr, saltar, dançar, pular, que envolvem grupamentos musculares globais e menos precisos. Esse tipo de atividade demonstra o comportamento da criança, que é muitas vezes interpretado através dos padrões motores que apresentam. (ROSA NETO, 2014, p.14). É o fator que contribui para o melhor desenvolvimento das crianças em relação às suas ações motoras. Porém, quando não desenvolvido ou quando a criança não possui muitos estímulos para esse desenvolvimento, há um atraso na motricidade, que pode influenciar em outros desempenhos do indivíduo. Podemos conhecer as crianças de diferentes modos, principalmente, no decorrer de brincadeiras e exercícios, pois, observando suas ações, seus gestos, o seu ritmo, todos esses movimentos do corpo, muitas vezes, nos ajudam a compreendê-la e entendê-la melhor do que as palavras ditas, por elas ou delas. É importante respeitar o ritmo de cada criança, pois cada uma tem um ritmo próprio, não só pela sua originalidade, como também em razão da maturação dos centros nervosos que se faz e que não é idêntica, nem com o mesmo grau, em cada uma das crianças. Importa mais o trabalho realizado pela criança do que o resultado deste trabalho. (ROSA NETO, 2014, p.16). Isto é, o desenvolvimento da coordenação motora global, além do ritmo próprio que cada criança tem, é preciso que, haja situações que a estimulem no seu processo de desenvolvimento, exclusivamente, na escola, pois, as crianças passam a um período extenso neste lugar. O movimento motor global, desde o mais simples, é assim mesmo um movimento sinestésico, tátil, labiríntico, visual, espacial, temporal, etc. Os movimentos dinâmicos corporais jogam um importante papel na melhora dos comandos nervosos e no afinamento das sensações e percepções. O que é educativo na atividade motora não é a quantidade de trabalho efetuado nem o registro (valor numérico) alcançado, mas sim o controle de si mesmo obtido pela qualidade do movimento executado, isto é, precisão e maestria de sua execução. (ROSA NETO, 2014, p.16). Em linhas gerais, o desenvolvimento da coordenação motora global não acontece apenas de uma maneira, mas a partir de várias situações, envolvendo diversos fatores. Portanto, o importante é os estímulos feitos para a criança, mas, visando que de fato ela tenha a aptidão, compreendendo seu tempo para desenvolver, sem acúmulos de atividades. Segundo Rosa Neto (2014, p.13) "a motricidade fina pode ser assinalada como uma atividade de movimento pequeno, que requer um emprego de força mínimo e grande precisão. Envolve os movimentos das mãos e dedos, dos pés, do rosto, da língua e dos lábios." Isto é, o desenvolvimento da coordenação motora fina está relacionado às atividades comuns realizadas pelo indivíduo no dia-a-dia, como por exemplo, atividades de escrita, recorte, pintura e desenho, o uso das mãos para pegar em objetos, etc. Segundo Rosa Neto (2014) para que o desenvolvimento aconteça são necessárias ações de transporte da mão, sucessivamente agarre e manipulação, gerando então as três bases de processo: objeto - mão - olho. Nesse sentido, esse conjunto de atividades faz com que o corpo seja ativado, inclusive, os aspectos musculares e os membros superiores do tronco. Cabe ressaltar, que os braços/mãos são responsáveis por essas ações de motoras. Ou seja, as habilidades desse fator são essenciais, pois ao envolver os músculos pequenos do corpo, de modo excepcional, as mãos, nesse sentido, é necessário que desde a Educação Infantil seja desenvolvidos trabalhos e estímulos,

como por exemplo: atividades com recorte, pontilhados, alinhamentos de letras, atividades de escrita, o movimento "pinça" para pegar o lápis, dentre outros. A partir desta pesquisa, pode-se concluir que é muito importante o trabalho com os jogos e brincadeiras no dia a dia na Educação Infantil, e este, implica em benefícios efetivos e significativos para o desenvolvimento psicomotor da criança. Portanto, os jogos e brincadeiras não são apenas instrumentos de passatempo para crianças, mas, por meio deles, há contribuições para formação e desenvolvimento do sujeito. Nesse sentido, a psicomotricidade na Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, colabora e estimula o sujeito de forma integral, de modo que, movimentos e cognição sejam desenvolvidos. Porém, são necessários ao professor saberes sobre os brinquedos e jogos, de modo, possa ser construída uma aprendizagem e aconteça o desenvolvimento dos fatores psicomotores, afim de que haja um significado em todo esse processo. Contudo, o desenvolvimento psicomotor deve ser constituído de forma que vise uma melhor qualidade a criança, de acordo com as fases propostas a cada idade, quando isso não ocorre as dificuldades não se caracterizam apenas em relação ao corpo físico, mas também, influência na capacidade de letramento, na interpretação de palavras e frases, na diferenciação de letras e fonemas, na forma de escrever e ler, e, no pensar, sobretudo, abstratamente e em relação a reversibilidade.

---

## **O PONTO DE CONVERGÊNCIA ENTRE CRISTIANISMO E PAGANISMO NO SÉCULO IV: ASSIMILAÇÃO, SINCRETISMOS E PERMANÊNCIAS DA RELIGIOSIDADE ROMANA NO COTIDIANO DA POPULAÇÃO E NA TEORIA CRISTÃ**

ANA CAROLINA SOTOCORNO

Roma , em sua suntuosidade, do esplendor a languidez, foi palco para inúmeras transformações: desde conquistas a crises, das quais é importante destacar, o nascimento do cristianismo. A história romana, sob uma ótica historiográfica tradicional, é periodizada em blocos; segmentada, portanto, em intervalos. Neste modelo historiográfico, datações com margens bem definidas marcam o início e o fim de cada período e para o desfecho do Império, costumou-se didaticamente recorrer a 476 depois da Era Comum . Entretanto, segundo Baschet (2006, p. 34) as datas retidas importam pouco, já que, toda periodização é uma convenção artificial e em parte arbitrária. Nessa linha, uma nova historiografia, estimulada pelas produções da Escola dos Annales, reforça a existência de uma fluidez entre a "ascensão" de um espaço histórico e o "declínio" de outro. A transição da Idade Antiga para a Medieval, não destoia, portanto, desta última vertente assinalada: para caracterizar tal período, recorre-se ao termo "Antiguidade Tardia" , que representa a trajetória de mudanças estruturais que contemplam, dentre outras, o fluxo de características a nível da cultura que pertencem à ambas Idades, Antiga e Medieval, e que também acomoda características particulares e distintas de tais períodos definidos historicamente. O surgimento da fé cristã, por sua vez, ocorre no Alto Império (27 a.C. a 235) e ameaça, por seu caráter universalista, o sistema político vigente na medida em que adverte a posição deificada do Imperador, conhecida como Augustus. O cristianismo, sendo assim, não se tornou uma religião perseguida pelo Império por adotar uma doutrina monoteísta, mas, precisamente, por negar o caráter divino do Imperador e opor-se, de certa forma , a religiosidade romana. A nova religião emerge em meio a um emaranhado de seitas dissidentes, como uma vertente pertencente ao judaísmo, significativamente pluralizado naquele cenário. Começa a se diferenciar do judaísmo, no entanto, ao delimitar suas próprias particularidades de fé e crença. Diante de sua gênese e da recusa declarada a religiosidade clássica, a nova religião, entretanto, não surge como uma oposição completa ao mundo romano: por seu turno, se apropria do ideário de uma das civilizações mais significativas da Antiguidade Clássica. Perseguida durante três séculos e encontrando meios sinuosos e rebuscados de se disseminar, foi somente em 313, com o Edito de Milão, que o cristianismo ganhou a liberdade de culto e, segundo

Brown, (1972, p. 88) a cristianização do imperador Constantino e do povo não se deu sem antes de o próprio cristianismo ter-se convertido à cultura e ideia de Roma. A partir do século III observa-se a Pequena Paz da Igreja, que ocorre em virtude dos problemas da grande crise que assola Roma no período, na qual, os romanos desviam os olhares dos cristãos para se voltar aos diversos problemas estruturais e orgânicos do Império. Diante deste contexto e com maior liberdade, os afeiçoados a fé cristã buscam a se identificar com a paideia greco-romana, a partir do contato com os compilados e uma vasta produção cultural que são sintetizadas nesse período: enciclopédias e manuais de medicina, ciências naturais, astronomia e textos literários, dentre outros. (cf. BROWN, 1972, p. 18). Com isso, começam a surgir as primeiras literaturas patrísticas e os debates entre o cristianismo e a filosofia romana, de onde emergirá o triunfo do cristianismo, que caracteriza o século IV. De acordo com Doods, esse debate não era estático e em decorrência dele, tanto o cristianismo, quanto a filosofia pagã se falavam num processo de câmbio contínuo. Dentre tais afirmações, a que mais se faz pertinente é quando a partir da argumentação do cristianismo com o paganismo e do clero - já intelectualizado e próximo da tradição clássica - com a aristocracia, esta acaba sendo cristianizada e disso se deflagra um declínio da religião romana. Segundo Peter Brown, em *O Fim do Mundo Clássico* (1972, p. 69) os cristãos eram um pequeno grupo, mas triunfaram ao se tornar um grande problema. O autor aponta ainda, como se faz raro uma pequena minoria satisfazer as necessidades e ansiedades da sociedade como aconteceu com os cristãos. A princípio, como assinalado, a fé cristã surge em benefício dos menos abastados e acaba por se alastrar majoritariamente nas classes médias e baixas urbanas. Entretanto, há uma transformação evidenciada pelo autor de *O Fim do Mundo Clássico*, na qual, os dirigentes da Igreja cristã acham que podem se identificar com a cultura, procedimento e necessidades da média dos cidadãos abastados (BROWN, 1972, p. 88). Isso ocorre pelo contato crescente que se faz presente até o século III da tradição clássica com o clero. De acordo com Le Goff, (1980, p. 207-219) nesse período se vê um clero cada vez mais colonizado por esta cultura clássica. Considerando a concepção do cristianismo no ventre romano e a suas estratégias de evangelização entrando em contato significativo com a religião do povo de Roma, as estruturas romanas são para a Igreja apenas um contexto ao qual se moldar, uma base na qual se apoiar, um instrumento para se afirmar. Decerto o cristianismo será o principal agente de transmissão da cultura romana ao Ocidente medieval (cf. LE GOFF, 2016, p. 17). Como muito reiterado, o clero se encontrava envolvido significativamente com a paideia greco-romana e mantinha a postura oficial de recusa ao paganismo, diante disso, percebe-se, portanto, a emergência de um conflito que se dá entre o acolhimento da tradição clássica e a renúncia da religião romana, na qual, uma valência não exclui a outra. Como conciliou a Igreja, ambos os posicionamentos? É evidente que o acolhimento do paganismo nasce justamente da resistência da população romana, principalmente rural que não pertencia a elite culta nem aos meios urbanos, em abandonar hábitos e crenças seculares arraigados a sua população. Isso porque o debate que promoveu a cristianização da aristocracia se deu em um horizonte teórico que, por sua vez, não era transposto as populações mais humildes que residiam no campo. Para elucidar, Andrade Filho (2012, p. 103) embebido das fontes de García-Moreno explana em *Imagem e Reflexo*: "uma coisa é afirmar o caráter cristão dos meios rurais peninsulares, outra muito distinta é pensar que se tratasse de um cristianismo arraigado em concepções teológicas e coerentes". Diante disso, a Igreja se vê obrigada a flexibilizar-se para disseminar a fé cristã e a tornar compreensível para as camadas mais populares consideradas incultas, utiliza, portanto, mecanismos para evitar rupturas com a religiosidade local: As práticas pagãs eram condenadas em concílios, regras

monásticas e hagiografias; entretanto, tal condenação resulta na assimilação de mitos e ritos pagãos pela teoria cristã, além da aquisição, por parte dos santos, de muitas características de deuses e heróis clássicos ou mesmo pré-romanos (ESTEVES, 2014, p.366) Uma outra constatação da resistência romana à cristianização se apresenta da seguinte forma, uma vez que, se houve produção oficial do clero de combate ao paganismo mesmo após o Edito de Tessalônica em 380 que decretava o cristianismo como religião oficial de Roma, é indiscutível que se mantinham práticas e cultos pagãos: A história religiosa do Ocidente Medieval pode ser definida como um conflito permanente entre o cristianismo oficial e as antigas formas de religiosidade que continuavam persistindo. Prova disso são as inúmeras fontes eclesiásticas produzidas ao longo da Idade Média que abordam esta temática sob um viés condenatório e pejorativo, associando tais práticas com forças ocultas e malignas. (FIOROT, 2016, p. 80-81). Segundo o medievalista Hilário Franco Junior, (1996, p. 31-45) entre o antagonismo da cultura clerical e da cultura vulgar, existe uma zona comum que se define como "cultura intermediária", justamente por estar entre a cultura da elite e a dos demais seguimentos, e por ser o ponto de convergência de dados provenientes de ambos os polos culturais. Em conformidade com o autor, para elucidar tal área cultural comum, vê-se a evangelização das massas camponesas: se o clero acolheu dados culturais pré-cristãos, não foi apenas como estratégia de conversão, mas porque esses dados estavam presentes também no próprio ambiente cultural eclesiástico. Deste modo, essa cultura intermediária é sintetizada a partir dos sincretismos, hibridismos e dos intercâmbios culturais, já que, acaba residindo entre um polo e outro. Percebe-se na história da religiosidade medieval, a oposição e o conflito entre o clero e o paganismo, e o acolhimento e a assimilação - ambos interligados. É desse acolhimento que emerge uma religiosidade que contempla elementos de diversas procedências. O projeto aqui presente, que tem como cerne a constatação de fluidez entre as manifestações culturais, quer compreender os processos que fazem os intercâmbios entre cultura e religiosidade romana e o cristianismo; além de identificar a assimilação do paganismo pela teoria cristã e sua permanência no cotidiano da população romana. Levando isso em consideração, se faz inteiramente necessário compreender os processos de obliteração e desnaturação, propostos por Jacques Le Goff. O texto escrito pelo historiador francês *Cultura Clerical e Tradições Folclóricas na Civilização Merovíngia* em que são abordados os conceitos de obliteração e desnaturação, em linhas gerais, traz à tona o debate entre a recusa oficial ao paganismo e os mecanismos de evangelização da Igreja, que reclamou um esforço de adaptação cultural do clero, no qual, a cultura eclesiástica inseriu-se nos quadros da cultura folclórica, dentre outras formas, na localização das igrejas (LE GOFF, 1980). E para além disso, como esses processos se deflagraram e foram responsáveis pelo acolhimento do paganismo na formação do cristianismo? Quais as consequências destes processos para a construção desta fé? Os processos de obliteração e desnaturação, embora sejam conceituados com toda uma bagagem de câmbio entre o cristianismo e a religião romana e o esforço de adaptação da língua, recursos às formas orais e certos tipos de cerimônias por parte do clero, (1980, p. 212 e 213) são imaginados num primeiro momento, segundo Le Goff, como uma recusa às tradições clássicas. Se configuram como uma recusa ao passo que têm o objetivo de suplantam a religião romana. A obliteração se define através da sobreposição de temas de uma cultura pela outra. E a desnaturação, por sua vez, se caracteriza justamente pela retirada da natureza de um certo elemento; aqui, os temas folclóricos mudam oficialmente de significado (cf. LE GOFF, 1980, p. 212 - 215). Um exemplo esclarecedor da obliteração é a assimilação de características de deuses romanos pelos santos católicos: um culto politeísta expressamente legalizado dentro de um monoteísta.

Sobre o segundo processo, o exemplo da festa natalina se faz bastante pertinente. Um culto campesino em graça à agricultura e ao solstício de inverno, que com muito pouco sucesso conseguiu ser extinto pela Igreja e que ao longo do tempo assumiu um significado oficial completamente diferente: o nascimento de Jesus Cristo - que historicamente não tem datação exata e/ou comprovada. Este projeto, portanto, suscita o questionamento sobre a origem e desenvolvimento da ideologia que acompanha a sociedade ocidental por pelo menos vinte séculos: o cristianismo. Buscando sempre entender o conflito entre a condenação oficial do paganismo e sua permanência no que diz respeito ao cotidiano da população romana; o posicionamento oficial do clero e as adaptações sincréticas que foram feitas por parte destes, para a evangelização. De acordo com Marc Bloch, (2002) não se é possível compreender o presente sem estudar o passado, daí vê-se a importância de se estudar tal recorte: entender a nossa sociedade e a forma com que ela foi construída moral e ideologicamente segundo o cristianismo; além de tatear os reflexos de uma ideia que foi projetada há quase dois mil anos, nos nossos dias. Este projeto objetiva analisar a gênese do cristianismo e o modo com que tal religião dialogou com o ideário romano e a forma com que acabou por assimilar mitos, ritos e práticas pagãs para se afirmar através das práticas de evangelização da obliteração e desnaturação. Além de identificar as ressignificações que o clero deu à costumes e elementos da cultura romana, e da permanência da religiosidade clássica no seio da população do Império Romano, a fim de, compreender a estruturação da religião legalizada no ano de 313 por Constantino. Utilizar ainda, o conceito de Religiosidade Popular e Cultura Intermediária, proposta por Hilário Franco Junior (1996, p. 33) e de Circularidade Cultura de autoria do historiador italiano Carlo Ginzburg (1987 p. 11-39) para compreender a fluidez entre as manifestações culturais aqui abordadas e encontrar o ponto de convergência entre cristianismo e paganismo. Para nos comprometermos a responder os questionamentos levantados neste projeto, propomos como material de análise e fonte de estudos o Concílio de Elvira: escrito no início do século IV, se trata de uma legislação conciliar que apesar de renunciar a filosofia pagã aborda algumas práticas que equilibram a condenação do paganismo e sua permanência através da assimilação na teoria cristã. Um concílio, por sua vez, conceitua-se como uma reunião de agentes do clero, bem como bispos, com o objetivo de discutir questões doutrinárias ou disciplinares da Igreja. Como antes assinalado, o clero encontrou muitos obstáculos na tentativa de disseminar o cristianismo vinculados a permanência do paganismo no horizonte da religiosidade romana: um exemplo é de âmbito campesino, onde o discurso culto e a teoria teológica não se conectavam com as massas humildes. Diante disso, o clero se viu obrigado a desenvolver mecanismos de evangelização, que reclamou um esforço de adaptação cultural, no qual, a cultura eclesiástica inseriu-se nos quadros da cultura folclórica, dentre outras formas, na localização das igrejas, recursos às formas orais e certos tipos de cerimônias. (LE GOFF, 1980). Com tais apontamentos, percebe-se, portanto, que "as práticas pagãs não são poucas ou sem importância" naquele momento (ANDRADE FILHO, 1995, p. 37). Neste quadro se insere o Concílio de Elvira e seus cânones: em conformidade com Ruy de Oliveira Andrade Filho percebe-se em sua retórica a condenação da idolatria, a menção de outras práticas como acender velas nos cemitérios ou matar alguém através de malefícios, dentre outros. De acordo com o autor, o Concílio de Elvira apresenta uma dualidade de datação e se insere em um período extremamente conturbado: a historiografia debate se o concílio foi realizado em meio a perseguição de Diocleciano no final do século III ou em direção à cristianização do Estado com Constantino em meados do século IV (cf. ANDRADE FILHO, 1995, p. 35-36). Reiterando, o cristianismo, apesar de triunfar em meio as elites culturais, esbarrava em obstáculos em sua aplicação na realidade concreta. Neste sentido, choca-

se com o cotidiano e a mentalidade, com o imaginário da população romana menos intelectualizada. O esforço empreendido pelo Concílio de Elvira se volta para a tentativa da aplicação do cristianismo à realidade concreta (cf. ANDRADE FILHO, 1995, p. 44). Ainda segundo Andrade Filho (1995, p.37) "os cânones de Elvira buscavam a normatização de uma coexistência: a das comunidades cristãs em meio a um ambiente pagão". Desta forma, ao buscar uma conciliação entre o enraizamento do cristianismo em Roma e seu solo fertilizado com a religiosidade romana, o Concílio de Elvira permite analisar o conflito de posicionamentos da Igreja, no qual, Esteves (2014, p. 366) deixa claro: "as práticas pagãs eram condenadas em concílios, regras monásticas e hagiografias; entretanto, tal condenação resulta na assimilação de mitos e ritos pagãos pela teoria cristã". O autor Ruy de Oliveira Andrade Filho (1995, p. 44-46) aponta ainda outros exemplos para esta afirmação: "muitas das conversões são apenas feitas formalmente" e "há um esforço eclesiástico de transigir com as práticas tradicionais das regiões onde a nova fé penetrava (...) viabilizava-se assim a substituição ou a desnaturação das antigas práticas. Se faz pertinente, portanto, diante dos apontamentos assinalados compreender o contexto em que o concílio de Elvira foi escrito - se ainda no século III, em meio à crise orgânica do Império, à perseguição de Diocleciano e a instável condição com que as estruturas imperiais se encontravam; ou já no século IV marcado pela cristianização do Estado Romano e a fluidez entre as estruturas clássicas e o cristianismo - e o propósito de sua realização apontado por Andrade Filho (1995, p.37) "os cânones de Elvira buscavam a normatização de uma coexistência: a das comunidades cristãs em meio a um ambiente pagão". Se faz apropriado ainda, dissecar a composição do concílio de Elvira: dividido em uma introdução que apresenta datação, delimitação geográfica e participantes e formado por oitenta e um cânones. O Concílio de Elvira, portanto, se candidata como fonte deste projeto na medida em que mostra compatibilidade de contexto com o assunto a ser tratado/ desenvolvido e afinidade em responder os questionamentos base, solucionar os problemas levantados e capacidade para incentivar novas indagações. A fonte, entretanto, clama por uma ótica de análise: resgatando elementos que constroem o presente projeto e buscam reiterar sempre a fluidez entre as manifestações culturais e seus níveis, assim como, o conceito de "cultura intermediária" proposto por Franco Junior (1996, p. 31-45), em que, ressalta a existência de um ponto de convergência entre os polos culturais, se faz pertinente partir de uma perspectiva que contemple a multidimensionalidade de qualquer prática cultural. Neste contexto se insere o conceito de "circularidade cultural" proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg: constituído sob a ruptura com a ideia dicotômica entre a cultura da elite e das camadas populares. O autor questiona sobre a relação entre a cultura das classes subalternas e das classes dominantes: "até que ponto a primeira está subordinada à segunda? É possível falar em circularidade entre os dois níveis de cultura?" Ginzburg assinala também a ambiguidade do conceito de "cultura popular". (cf. GINZBURG, 1987, p. 11-39). Medievalista que insere esta indagação à níveis mais próximos e palpáveis deste projeto é Ruy de Oliveira Andrade Filho (2012, p. 104): "a expressão 'religiosidade popular' produz os efeitos mais diversos. Num primeiro contato, parece referir-se às formas laicas - considerando aqui o cristianismo - de manifestação da sensibilidade religiosa; num segundo momento, pode considerar como contraponto entre 'povo' e 'elite'. " Diante disso e da necessidade que se torna aparente frente aos questionamentos propostos neste projeto, é preciso vislumbrar uma análise metodológica que preze pela "circularidade, influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica" (GINZBURG, 1987, p. 21) e os pontos de convergência que nascem do encontro das diversas manifestações culturais. Deste modo, pretende-se analisar o Concílio de Elvira sob a ótica da circularidade cultural, que contempla o

ponto de convergência entre a religiosidade romana e o cristianismo e o conceito de "cultura intermediária" de Franco Junior que abrange a oposição e o conflito entre o clero e o paganismo, e o acolhimento e a assimilação - ambos interligados. Pontualmente deste acolhimento que emerge uma religiosidade que contempla elementos de diversas procedências e que nasce do "influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica" (GINZBURG, 1987, p. 21), que neste caso se faz entre o encontro da tradição clássica com a filosofia cristã. Portanto, a proposta que se segue à esta contextualização é a análise dos cânones de Elvira a partir da identificação das menções às práticas pagãs: segundo Andrade Filho (1995, p.37) "os cânones de Elvira buscavam a normatização de uma coexistência: a das comunidades cristãs em meio a um ambiente pagão". É deste ponto de coexistência que se encontra a cultura intermediária entre paganismo e cristianismo - debate cerne deste projeto. É necessário salientar que nenhuma cultura ou crença, surge extrinsecamente ao meio de sua gênese; nem isolada de contatos com suas precursoras. Aplicando à religiosidade esse mesmo parâmetro, e, por sua vez, ao cristianismo, que não emerge unilateralmente, as manifestações populares do período tocam suas raízes, origens e desenvolvimento. A cultura é fluida, ressignificada, sincretizada, reconstruída, recebendo e causando influências mutuamente, a todo momento. Nos processos de predominância de uma, ou outra crença, ou ainda manifestações culturais, há sempre intercâmbios, depósito de sedimentos de uma, ou outra, que moldados ao longo do tempo formam uma cultura mais sensível. A formação da fé cristã, ao seu modo, é multidimensional e "contaminada" pelas manifestações que já existiam antes do nascimento de Jesus Cristo e seus princípios. Nesse sentido, o projeto aqui presente, quer compreender os processos que fazem os intercâmbios entre cultura e religiosidade romana e o cristianismo; além de identificar a assimilação do paganismo pela teoria cristã e sua permanência no cotidiano da população romana. Isto posto, este projeto se propõe desvendar os intercâmbios culturais produzidos na simbiose que se deu entre e a religião oficial romana e o cristianismo; no solo já fértil de tal cultura, na qual, a fé de Cristo se enraizou para germinar. Se condensa em entender como o cristianismo apropriou-se, dentre outros, de elementos de Roma para se idealizar. Como a fé cristã se converteu ao ideário romano para afirmar, propagar e concretizar-se? Quais são as premissas básicas de tal religião que são emprestadas de outras manifestações religiosas? Quais são os ritos e mitos assimilados pela teoria cristã? Como os processos de obliteração e desnaturação fomentam o sincretismo? Como se deu a permanência do paganismo no cotidiano da população romana contrariando as condenações oficiais conciliares, monásticas e hagiográficas? Como deu-se a adaptação cultural por parte do clero para efetivar a evangelização? Quais são as diferenças de resistência pagã no campo e nas cidades? Seguindo o conceito de "religiosidade popular" não como objeto de identificação de um determinado grupo social, mas sim aquela que nas suas manifestações popularizou elementos de diversas procedências, proposta por Hilário Franco Junior, (1996, p. 31-45) como isso goteja - ou alaga, no cristianismo? Conclui-se, portanto, ao observar a construção deste projeto a importância de se analisar o surgimento do cristianismo sob a ótica da Circularidade Cultural (GINZBURG, 1987, p. 11-39) e o conceito de Cultura Intermediária (FRANCO JR, 1996, p.33) e entender a fluidez com que as manifestações culturais se estabelecem, sempre através de intercâmbios, diálogos e simbioses. Com a religiosidade, todos esses requisitos também são aplicados e é deste ponto de convergência com a religiosidade romana que temos interesse em analisar o cristianismo e seu desenvolvimento. Acerca de resultados, ainda não pudemos os estabelecer, já que, este projeto ainda está em andamento sob a égide do Núcleo de Estudos Antigos e Medievais (NEAM) da UNESP Assis/ Franca. O

cristianismo, como uma religião emergente, acaba por não se desenvolver sem tocar as raízes de outras práticas religiosas que o precedeu. Este projeto concentra-se em compreender os processos em que interessa tal afirmação. Sincretismos, simbioses, hibridismos, apropriações e intercâmbios culturais: um enredado de culturas ensaiado nos palcos da Antiguidade Tardia. Além de se fazer entender o mecanismo de obliteração e desnaturação empreendidos pela Igreja. Aqui se propõe, portanto, deprender as premissas da cultura clerical: recorrer historicamente a construção do cristianismo, tendo em vista, entender o depósito de sedimentos de culturas distintas que, acumulados e moldados, vão se transformando na fé cristã. É significativamente importante para o projeto aqui presente identificar as práticas pagãs condenadas pela legislação clerical que continuaram persistindo e existindo no seio da população romana e no seu cotidiano, por assim tentar comprovar que a recusa ao paganismo era feita através de atas oficiais pelo clero, enquanto, concomitante a isso havia a assimilação, instintiva, do paganismo pela teoria cristã.

---

## **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024): NOVA PERSPECTIVA PARA UMA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO**

BREHNSA DE OLIVEIRA PEREIRA  
LETÍCIA CAMARGO FANELLI  
ROGER GOULART PELEGRINI

Este projeto de pesquisa se justifica pela importância do Plano Nacional de Educação como um mecanismo imprescindível para refletir sobre as possibilidades de se promover uma educação de qualidade. Trata-se de um documento de força de lei, que traz implícito a necessidade de muitos setores envolvidos com a educação a participarem do processo de elaboração, acompanhamento e avaliação de suas metas e estratégias para vencer os desafios da educação brasileira, bem como garantir que ele não se transforme em letra morta. De acordo com Saviani (2002) a Constituição de 1934 também propôs a criação de um Conselho Nacional de Educação, cuja principal função era a de elaborar o Plano Nacional de Educação. Tal documento foi concluído em 1937, no entanto, com o a instituição da Ditadura Vargas (ou do Estado Novo) no período de 1937 a 1945, o documento acabou sendo desconsiderado. Após esses fatos, foi com o espírito de avanço que buscaram alcançar pela participação e pelo processo democrático especialmente a partir dos anos 2000, que o Fórum Nacional de Educação, solicitou a presença de pais, mães, professores, dirigentes, demais atores sociais, que se preocupam com a educação, a procura de descobrir através de discussões e reflexões coletivas, uma educação de qualidade (CONAE, 2014). Conhecer e refletir sobre a trajetória histórica do Plano Nacional de Educação no Brasil e suas principais contribuições para a busca de uma melhora na qualidade da Educação pública. Por meio de uma abordagem qualitativa, o caminho a ser percorrido por esse projeto será de cunho bibliográfico, com análise documental de caráter analítico descritivo. Nos basearemos em autores relevantes para essa discussão, como Saviani (2002), Araújo (2017), Militão (2017), Pontes (2017), etc.. Uma pesquisa bibliográfica e documental é a melhor forma de se trabalhar diante do presente projeto, pois irá analisar e comparar documentos, livros e artigos, assim como as principais ideias de autores da educação brasileira, que deixam sua contribuição para um ensino de qualidade. A pretensão aqui é de esmiuçar obras usando técnica como o fichamento, por exemplo, que segundo Lakatos e Marconi (2001, p.51) contém descrição bibliográfica, trazendo junto a fonte da leitura, resumo, citações diretas e indiretas, comentários que possa compreender a crítica do texto, podendo fazer ou não relação entre autores. A Educação não se constrói sozinha e muito menos da noite para o dia, pois a participação da sociedade para discutir caminhos de uma educação de qualidade. Sendo assim, Militão e Perboni(2017) afirmam que é de

suma importância essa participação da sociedade, pois é a garantia que essas vozes sejam ouvidas. Esse é justamente um dos objetivos principais das Conferências Nacionais de Educação (CONAE), o que nem sempre acontecia. Isso é perceptível historicamente, já que é possível lembrar o quanto havia exclusão das classes menos privilegiadas e que esse ainda é um desafio a ser superado. Segundo Calazans (2011) no período da ditadura militar ocorrida entre 1964-1985, houve a elaboração de seis Planos de Educação na tentativa de suprir o mercado de trabalho com fornecimento de mão de obra especializada. Após diversas tentativas de se obter um Plano de Educação nesse tempo, ressurgiu a ideia de um Plano Nacional de Educação com a promulgação da Constituição Federal de 1988. O Plano Nacional de Educação de 2001-2010, inicia-se, então, por determinações legais pela Constituição Federal de 1988: "Art. 214: A lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público" (BRASIL, 1988). Assim, o PNE se coliga à necessidade da elaboração de um documento regulador em conjunto com Estados, Distrito Federal e Municípios, previstos também pela "Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional" - LDBEN nº 9.394/96 (BRASIL, 1996). Após a determinação dessas leis, iniciou-se a elaboração de dois PNE, encaminhados ao Congresso Nacional pelo Projeto de Lei n. 4.155, de 10 de Fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998), e Projeto de Lei n. 4.173, de 11 de Fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998), sendo a primeira elaborada e redigida pela sociedade civil, enquanto que a segunda foi realizada mais por comprometimento administrativo político educacional do Ministério da Educação - MEC. As conclusões desse trabalho se apresentarão no término desse projeto.

---

## **POR UMA ESCOLA PRODUTORA DE DEVIRES**

KALLYNE FERNANDA DOS SANTOS FERREIRA

Esta proposta de projeto surgiu com a finalização da pesquisa de iniciação científica intitulada "Normalidade e diferença nas práticas históricas de inclusão", desenvolvida ao longo dos anos de 2015 e 2016 na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" campus de Presidente Prudente, financiada pela Capes, e que teve como objetivo investigar e problematizar as práticas discursivas produzidas com a finalidade de capturar e normalizar a diferença, ora encarnada no anormal, no deficiente, no louco, na criança e em tantas outras formas de ser no mundo que contrariam as práticas de normalização e homogeneização da sociedade. Com isso, é imprescindível refletir sobre a normalidade e as diferenças apoiando-nos no modo com que Foucault (2005) definia a ontologia do presente, como "[...] um êthos filosófico consistente em uma crítica do que dizemos, pensamos e fazemos, através de uma ontologia histórica de nós mesmos." (p. 347). Afim de aprofundar as reflexões levantadas com a finalização do projeto citado anteriormente sobre a temática da diferença à presente pesquisa junto ao programa de pós-graduação em educação da FCT- Unesp e tendo como órgão financiador a Capes/Mec visa aprofundar o tema sobre a diferença e a possibilidade de a escola emergir como potencializadora de uma ontologia do devir deficiente produzida pelos indivíduos deficientes e que causa estranhamento à lógica normalizadora. Tendo como objetivos investigar a temática da diferença e a possibilidade de a escola emergir como potencializadora de uma ontologia do devir deficiente contrária à lógica normalizadora de uma sociedade biopolítica atual. Bem como analisar as produções atuais sobre os conceitos de plasticidade destrutiva, ontologia do devir deficiente e ética da amizade. A partir das produções de Michael Foucault, analisar o conceito de ontologia da deficiência como possibilidade para repensar a estética forjada na sociedade atual. Aprofundar o estudo do conceito de devir apoiando-nos nas pesquisas de Gilles Deleuze, para propor a escola não como produtora de inclusão, mas como potencializadora de devires. A caracterização metodológica da pesquisa, admitindo o critério de definição segundo os objetivos, consistirá em uma pesquisa bibliográfica exploratória, na forma de levantamento bibliográfico, mas também analítica-exploratória, já que visa aprofundar o conhecimento resultante das observações sistemáticas sobre o tema. As fontes bibliográficas adotadas para a pesquisa serão livros, capítulos de livro, teses e dissertações acadêmicas; e, num segundo grupo, artigos publicados na base de dados Scielo Brasil, em Periódicos Capes/Mec e a consulta à base de dados das bibliotecas da Unesp. Entende-se, assim, o quanto é fundamental que seja problematizada as noções de normalidade e diferença tal como

estão configurados no tempo presente, pois não somente servem para sustentar o discurso de inclusão do diferente, mas também para normalizar, homogeneizar e assujeitar todo o corpo à biopolítica vigente. O que interessa é problematizar o fracasso da Pedagogia na formação do humano, pois entende-se que ela conseguiu sistematizar os saberes e reproduzir suas práticas de dispersão e de padronização do conhecimento, mesmo com todo o acúmulo de teorias e didáticas que vislumbravam a formação do homem. Contudo, não se tornou emancipadora e produtora de modos outros de vida, mas reprodutora do ideal do homem que a sociedade moderna almejou. Por isso, a pedagogia "[...] acaba por tomar o atalho que leva, no fim e no fundo, à captura da singularidade." (FREITAS, 2016, p. 242). Assim, é mais fácil projetar o Mesmo no Outro, por não sabermos dissociar a escola como local que deveria produzir relações de alteridade e potencializadora de devires, de saberes, vidas, diálogos e diferença, e não reprodutora da sociedade que historicamente se mostra excludente, preconceituosa e normalizadora. Espera-se encontrar na plasticidade destrutiva uma possibilidade de afirmar modos outros de aprender, viver e ser no mundo, reencontrando o singular que permite questionar as práticas pedagógicas adotadas historicamente para escrutinar a diferença, mas permitindo que a pedagogia "[...] se volte para o seu fazer como uma combinatória aberta no e do possível, recuperando, no mesmo movimento, uma ideia seminal do nosso vocabulário filosófico: a plasticidade." (FREITAS, 2016, p. 241). Plasticidade que tenciona e mostra que somos pequenos, frágeis e quebradiços diante da vastidão do humano, mas que potencializa e faz sermos maleáveis diante da vida e do que ela oferece, fazendo com que descubramos que é possível apreendermos a escola, os livros, as pessoas, a vida, o bom e o mal a partir de uma ótica singular e da diferença que ora e outra está encarnada em pessoas, lugares, leituras e na vida que nos afeta. E mostra que é possível afirmar a humanidade a partir das relações que a diferença causa em nós, pois são signos que arrebatam a existência com as suas, nossas fragilidades e cissões. Logo surge de uma relação povoada: [...] por afetos e experiências mais do que por trocas racionais e linguísticas, constituindo relações intersubjetivas que contrastam, algumas vezes afrontando, outras vezes confluindo às exigências formais, objetivas e instituídas nessa instituição, seus dispositivos tecnológicos, sua regulamentação jurídica e sua norma moral. (PAGNI, 2016, p. 352). Isso viabiliza rever pensamentos e preceitos que acreditávamos que eram inabaláveis, permitem refletir práticas e métodos, e convida a desconfiar da estética que foi configurada sobre o projeto de homem perfeito. E possibilita fazer ver no diferente, nos seus gestos e modos outros de existir que o: [...] ser especial sugere o que possui em comum com a humanidade, mostrando em seu rosto certa tensão interna imanente à vida, que, uma vez posta para fora, revela um intervalo entre o que somos e a imagem que projetamos [...]. (PAGNI, 2016, p. 354). Uma imagem que muitas vezes destoa do que somos subjetivamente, pois a todo momento a sociedade capitalista diz e mostra como devemos educar nossos filhos, o que devemos fazer para sermos ágeis, quem devemos odiar, por onde devemos andar, o que comer, ouvir e amar. E encontramos nas relações produzidas pelo devir deficiente "[...] curto-circuito na lógica empreendida [...]" (PAGNI, 2016, p. 357) pela escola que cada vez mais torna os sujeitos que ali estão competitivos, mesquinhos e doentes por uma vida que se esvai sem retorno. Por isso que a relação com o deficiente produz uma ética da amizade pautada em "[...] uma nova figura do reconhecimento." (PAGNI, 2016, p. 357), do que é o humano, a deficiência e suas relações com mundo, com os outros, consigo e com os saberes. E "[...] a diferenciação ética que apresentam e a valorização do modo como vivem [...]" (PAGNI, 2015,). Seja como for, a deficiência mostra que somos ímpares e que só conseguimos ser pares à medida que recebemos a diferença que habita em nós. Por fim, espera-se que: [...] os demais sujeitos que não tem incorporado

esse devir poderiam vislumbrá-lo em sua potencialidade produtiva de modos de existência outros para si mesmos, para ampliar os espaços de seu acolhimento de suas diferenças nas relações intersubjetivas do tecido social e para auxiliar a recriar outras formas de organização no mundo, capazes de propiciar a perseverança em uma vida comum, mesmo diferente. (Pagni, 2016, p. 364). Não sabemos, o que é ser humano, e por isso nos educamos e acabamos por nos afastar indubitavelmente dos projetos iluministas que visavam emancipar o homem. Talvez, as forças manipuladoras que forjam a sociedade tentam anos a fio capturar a singularidade e a diferença seja a única forma que a natureza incansavelmente encontra para comunicar que somos finitos. Com isso, é preciso mais uma vez viabilizar o trabalho do pensamento como uma força que arrebatada e arranca de nós mesmos; é preciso sonhar e lutar por outras formas de vida e de existir no mundo. É preciso aceitar e conceber outras linguagens que extrapolam a vida. Dessa forma pretende-se com a pesquisa encontrar elementos que indiquem ao trabalho pedagógico da escola possibilidades para recepcionar a diferença dos sujeitos deficientes, sendo que das relações travadas com esses sujeitos surjam as possibilidades de cultivar outros modos de existir, de conceber o homem e produzir a escola. Almeja-se apontar um caminho para a escola em que ela possa se configurar a partir de uma perspectiva que potencialize as diferenças que habitam e singularizam o devir deficiente e que estabeleça relações de alteridade, respeito e confiança no (in)capaz.

---

## **TDAH E EDUCAÇÃO ESCOLAR: DIFICULDADES E MOTIVAÇÕES DE APRENDIZAGEM PARA A PERMANÊNCIA NA ESCOLA**

LUANA CARDOSO  
JAYLSON TEIXEIRA RESENDE  
ADEMIR HENRIQUE MANFRÉ

Ø Quais as principais dificuldades encontradas por crianças com TDAH no processo de ensino e de aprendizagem escolar? Ø O professor pode contribuir para uma aprendizagem significativa em crianças com esse transtorno? Ø Quais as possíveis estratégias e ações pedagógicas que o docente pode utilizar para o trabalho pedagógico significativo com a criança diagnosticada? Para a realização dessa investigação, foi escolhida como metodologia científica a pesquisa bibliográfica qualitativa, em que serão consultados autores da literatura que tratam sobre o assunto em estudo. De acordo com Marconi e Lakatos (2011), essa é a investigação de todo o material já publicado, seja em forma de livros, publicações, revistas, compêndios. A finalidade da pesquisa bibliográfica é ainda, segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 42-43): "fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações". A pesquisa pautada pela revisão bibliográfica possibilita ao pesquisador realizar uma apropriação do tema, pois é considerada a primeira ação para a realização de toda pesquisa científica. Com o intuito de analisar a temática do TDAH no debate educacional brasileiro, optamos por realizar um levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Ainda que alguns limites desse tipo de abordagem possam ser observados, entendemos que é possível, a partir de uma leitura criteriosa e aprofundada do material identificado, construir um referencial teórico-metodológico que possa servir de fonte para outras abordagens sobre o tema em discussão. [...] captar o que se produziu continua sendo importante como meio de realização de pesquisas originais para os que se interessam pelo assunto. Ajuda a levantar as possíveis matrizes de interpretação recorrentes num período, a auxiliar no delineamento de perfis institucionais, a relacionar autores recorrentemente citados, a revelar problemáticas tratadas e enfim a tornar sabido o que o outro produz (CURY, 1990, p. 4). No levantamento bibliográfico, nos orientaremos pelas seguintes palavras-chave: TDAH e educação escolar, formação de professores e TDAH, dificuldades de aprendizagem e TDAH. Diante do exposto, nossa proposta de pesquisa se organiza em duas etapas: 1. Primeira etapa: levantamento bibliográfico inicial em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Essa etapa possibilitará uma visão mais ampla sobre a produção teórica nesse campo do conhecimento. 2. Segunda

etapa: apresentar os resultados da análise do material científico. Nessa etapa, temos como intuito: Ø Apresentar o conceito de TDAH e educação escolar; Essa etapa poderá nos fornecer o modo como os teóricos tratam da temática TDAH e educação escolar, evidenciando quais perspectivas estão mais presentes nesse debate educacional. A análise do material bibliográfico será de fundamental importância para entendermos qual tratamento é dado à temática ora em apreço; Ø Analisar as principais dificuldades encontradas pelas crianças com TDAH no processo de ensino e de aprendizagem; Ø Refletir sobre as principais dificuldades e quais ações e estratégias são utilizadas pelo docente no trabalho pedagógico com crianças com TDAH; Ø refletir sobre como tem sido abordada a questão da formação inicial e continuada de professores. Esse item será de extrema relevância para entendermos qual importância é depositada na formação de professores para o trabalho com o TDAH na educação escolar. O desenvolvimento dessa pesquisa não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas de investigar como tem sido abordada a questão do TDAH no debate educacional brasileiro. Estamos cientes de que o universo por nós pesquisado está longe de fazer justiça a tudo o que se tem publicado sobre a temática, ou seja, ao estado do conhecimento sobre o assunto. Entretanto, acreditamos que a nossa amostra constituirá um acervo bastante representativo da produção, respondendo aos objetivos propostos. identificar as principais dificuldades de aprendizagem escolar em crianças com TDAH e as motivações e ações propostas pelo professor para que os estudantes diagnosticados permaneçam em sala de aula e experienciem as atividades propostas de forma significativa. Para a realização dessa investigação, foi escolhida como metodologia científica a pesquisa bibliográfica qualitativa, em que serão consultados autores da literatura que tratam sobre o assunto em estudo. De acordo com Marconi e Lakatos (2011), essa é a investigação de todo o material já publicado, seja em forma de livros, publicações, revistas, compêndios. A finalidade da pesquisa bibliográfica é ainda, segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 42-43): "fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações". A pesquisa pautada pela revisão bibliográfica possibilita ao pesquisador realizar uma apropriação do tema, pois é considerada a primeira ação para a realização de toda pesquisa científica. Com o intuito de analisar a temática do TDAH no debate educacional brasileiro, optamos por realizar um levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Este Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica - apresentado em sua modalidade PEIC - tem como temática de estudo o TDAH (Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade) e a educação escolar. Tem como objetivo geral identificar as principais dificuldades de aprendizagem escolar em crianças com TDAH e as principais motivações propostas pelo professor para que os estudantes diagnosticados permaneçam em sala de aula e experienciem as atividades propostas de forma significativa, contribuindo para o processo de inclusão escolar. A partir do exposto, partimos dos seguintes questionamentos: quais as principais dificuldades encontradas por crianças com TDAH no processo de ensino e de aprendizagem escolar? O professor pode contribuir para uma aprendizagem significativa em crianças com esse transtorno? Quais as possíveis estratégias e ações pedagógicas que o docente pode utilizar para o trabalho com a criança diagnosticada? Na tentativa de responder esses questionamentos, metodologicamente, desenvolveremos uma pesquisa de base bibliográfica, analisando livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado que enfoquem o processo de desenvolvimento e de aprendizagem dessas crianças. Além disso, também nos preocuparemos com a formação docente, elemento entendido por nós como

essencial para a superação de dificuldades que os alunos com TDAH apresentam, minimizando, dessa maneira, o uso da medicalização, tornando a educação prazerosa para a criança. estudar as principais características do TDAH; Ø identificar as principais dificuldades encontradas pelas crianças no processo de ensino e de aprendizagem escolar; Ø analisar as principais dificuldades encontradas pelos professores bem como os aspectos facilitadores no processo de ensino e de aprendizagem do estudante diagnosticado com TDAH; Ø refletir sobre o processo de inclusão escolar da criança com TDAH. Este Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica - apresentado em sua modalidade PEIC - tem como temática de estudo o TDAH (Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade) e a educação escolar. Tem como objetivo geral identificar as principais dificuldades de aprendizagem escolar em crianças com TDAH e as principais motivações propostas pelo professor para que os estudantes diagnosticados permaneçam em sala de aula e experienciem as atividades propostas de forma significativa, contribuindo para o processo de inclusão escolar. A partir do exposto, partimos dos seguintes questionamentos: quais as principais dificuldades encontradas por crianças com TDAH no processo de ensino e de aprendizagem escolar? O professor pode contribuir para uma aprendizagem significativa em crianças com esse transtorno? Quais as possíveis estratégias e ações pedagógicas que o docente pode utilizar para o trabalho com a criança diagnosticada? Na tentativa de responder esses questionamentos, metodologicamente, desenvolveremos uma pesquisa de base bibliográfica, analisando livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado que enfoquem o processo de desenvolvimento e de aprendizagem dessas crianças. Além disso, também nos preocuparemos com a formação docente, elemento entendido por nós como essencial para a superação de dificuldades que os alunos com TDAH apresentam, minimizando, dessa maneira, o uso da medicalização, tornando a educação prazerosa para a criança.

---

## **VIVÊNCIAS ESCOLARES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO**

JACQUELINE TUMITAN SELMO

A escolha do tema é resultado da prática profissional enquanto Assistente Social no serviço de acolhimento institucional e familiar da cidade de Presidente Prudente/SP, que atende crianças e adolescentes - em caráter excepcional e provisório - e que necessitaram ser afastadas de seu núcleo familiar de origem por vivenciarem situação de risco pessoal e social em razão da conduta dos pais ou responsáveis (com episódios de violência psicológica; física; sexual; uso de substâncias psicoativas, etc.) ou por terem seus cuidados negligenciados. Trata-se de uma Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos que atua na proteção integral de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, de ambos os sexos, institucionalizados por ordem judicial ou por ação do Conselho Tutelar - em casos urgentes - e que realiza acompanhamento sistemático de suas respectivas famílias visando à reintegração familiar ou a colocação em família substituta com fins de adoção - a adoção só será opção quando esgotadas as tentativas de colocação na família de origem ou extensa (pais, avós ou qualquer outro parente que tenha vínculo significativo e positivo com a criança ou adolescente). O interesse pela pesquisa também decorre da participação, organização e manutenção do Grupo de Apoio à Adoção de Presidente Prudente (GAAP), que discute mensalmente assuntos relacionados à adoção e é destinado às famílias postulantes, pais e filhos adotivos e simpatizantes da causa. Nestes espaços, são acompanhadas as situações vivenciadas pelas famílias, a partir do compartilhamento de suas experiências. Partindo dessas observações, surgem as inquietações frente às experiências vividas pelas crianças e adolescentes institucionalizados na escola e suas implicações no cotidiano, haja vista que "toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais" (MINAYO, 2001, p. 18). O presente projeto, vinculado à linha de pesquisa 1: desenvolvimento humano, diferença e valores, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação - Mestrado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP- Presidente Prudente/SP) tem como objetivo compreender as vivências escolares de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional considerando dois agravantes: as angústias da transição da idade e ainda a realidade que vivenciam por estarem temporariamente sob tutela do serviço de acolhimento e, por isso, sob medida de proteção social de alta complexidade, que faz parte da Política de Assistência Social de Proteção Social da Alta Complexidade vigente no Brasil. Para a construção do trabalho

a base será o método histórico dialético, que propõe a leitura e análise crítica do movimento da realidade em sua totalidade, o estudo do objeto se desenvolverá por meio da abordagem qualitativa, que será realizada por meio de pesquisas bibliográficas, acesso a livros, artigos, acesso à websites para o conhecimento de diferentes autores e perspectivas frente a esta realidade, considerando que "a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante" (MINAYO, 2001, p. 15). A pesquisa bibliográfica percorrerá os trabalhos que tratam sobre a periodização do desenvolvimento psíquico para compreender a transição da idade (pré-adolescência) e sobre o papel desempenhado pela escola. Será utilizada também pesquisa documental por meio do acesso ao PIA - Plano Individual de Atendimento - instrumental que obrigatoriamente deve ser construído pelas instituições de acolhimento, juntamente com os serviços socioassistenciais, incluindo a família e a escola para planejar as ações que deverão ser realizadas com cada criança e cada adolescente a fim de que sejam atendidos seus direitos básicos, inclusive de convivência familiar e comunitária. Além disso, teremos acesso para compor o rol de documentos da pesquisa documental, aos prontuários individuais das crianças e adolescentes e relatórios/avaliações feitas pela psicopedagoga da instituição. A pesquisa será organizada em fases: principiando pela exploratória ou pré-análise. Nessa fase é preciso delimitar mais precisamente o objeto de estudo com levantamento de hipóteses, pesquisa do referencial teórico e metodológico, a formulação e adequação do projeto. Normalmente envolve a leitura "flutuante", ou seja, um primeiro contato com os documentos, o exame inicial da documentação que nos permitirá definir, com mais acuidade, quais documentos são mais promissores para se analisar esse problema, quais os objetivos da pesquisa, algumas hipóteses provisórias, assim como a especificação do campo no qual deveremos fixar nossa atenção. (GODOY, 1995, p.24). Aliada à pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica permitirá aproximações sucessivas com a realidade, a fim de criar reflexões sobre o objeto que será investigado, os quais fazem parte de uma conjuntura social bastante contraditória. É preciso dar atenção especial à interpretação dos dados, por isso é importante explorar o assunto previamente, com imparcialidade e desprovido de qualquer preconceito ou julgamento de valores, sensível o suficiente para compreender as variáveis de interesses, baseado em diversas fontes em determinado contexto. A teoria e prática - entendidas como sendo intrínsecas - permitem o estudo mais rico e possivelmente mais propositivo na medida em que permitem devolutivas e construções conjuntas à luz daquilo que se apresenta no cotidiano. Para enriquecer o processo de pesquisa - levando em conta que o conhecimento científico é histórico e transitório - será feita a pesquisa documental, que é o acesso a fontes diversificadas, específicas de alguns serviços, fontes sem tratamento analítico e que permite maior conhecimento da realidade do objeto, neste caso será o PIA das crianças e adolescentes que são acompanhadas pela psicopedagoga desde o ano de 2017, totalizando 08 casos, resguardando preceitos éticos e sigilos necessários. O PIA é um instrumento que norteia as ações a serem realizadas para viabilizar a proteção integral, a reinserção familiar e comunitária e a autonomia de crianças e adolescentes afastados dos cuidados parentais e sob proteção de serviços de acolhimento. É uma estratégia de planejamento que, a partir do estudo aprofundado de cada caso, compreende a singularidade dos sujeitos e organiza as ações e atividades a serem desenvolvidas com a criança/adolescente e sua família durante o período de acolhimento. A pesquisa documental será realizada in loco após conhecimento e autorização da instituição, onde será feita a coleta de dados com anotações no diário de campo e registro de todas as etapas, deixando claro desde o início a importância da pesquisa. Será feita também a busca por dados quantitativos, onde descobriremos a

quantidades de crianças e adolescentes acolhidos no Brasil para depois chegarmos até o conhecimento da quantidade de casos na cidade em que será feita pesquisa. A quantidade de acolhidos será separada por: faixa etária, sexo e tempo de acolhimento. Além disso serão consultados dados referentes ao motivo do acolhimento no país e no município para fins de conhecimento da realidade nacional e local. Posteriormente será feita a sistematização dos dados com uso de instrumental que será construído junto com o orientador para que seja possível a análise e compreensão dos dados coletados, indo ao encontro ou de encontro àquilo levantado nas hipóteses a partir desta aproximação sucessiva que será feita com o objeto de estudo, indo para além do imediato e buscando uma forma mais profunda de conhecimento, tornando-se "íntimo" daquilo que se pesquisa. Realizado esse percurso, inicia-se a fase das considerações finais da pesquisa, sem pretensão de esgotar discussão, mas levantar e descobrir novas problematizações ou ainda dar origem a novas pesquisas, necessárias diante da importância do tema. As crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento estão sob medida de proteção, prevista no Estatuto da Criança e Adolescente, Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990 (ECA/90). O serviço é organizado com base em orientações técnicas que estabelecem um acolhimento que venha garantir os direitos sociais de cada um dos acolhidos, reconhecendo os prejuízos decorrentes do afastamento destes da sua família natural. Visa, dessa forma, a diminuir os impactos e possíveis traumas causados pelo acolhimento institucional na vida de crianças e adolescentes, estendendo o trabalho aos seus familiares, na perspectiva da garantia de direitos em sua plenitude, visto que: O impacto do abandono ou do afastamento do convívio familiar pode ser minimizado se as condições de atendimento no serviço de acolhimento propiciarem experiências reparadoras à criança e ao adolescente e a retomada do convívio familiar, (Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, 2008, p. 13) Este contato imediato da criança e do adolescente com o serviço de acolhimento é envolto de medos, incertezas e insegurança e essa inserção - ainda que temporária - o introduz num novo universo. Uma vez institucionalizado, inicia-se a aproximação com a história de vida das famílias, sendo possível conhecer um histórico de privações, no qual os protagonistas foram vítimas na maior parte de suas vidas. É possível verificar que o mínimo não lhes foi garantido e, quando se deparam com dificuldades e frustrações, reúnem poucos (ou nenhum) recursos para superá-los. O que lhes resta não é suficiente para garantir o cuidado, proteção e educação de sua prole. Enquanto estão acolhidas, as crianças e adolescentes são inseridos em serviços que são garantidos por lei, que engloba atendimento nas áreas de saúde, educação, lazer, cursos para preparação e inserção no mercado de trabalho - quando adolescentes - entre outros. O acesso à educação também é garantido pelo ECA/90, em seu artigo 53: "A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho". Dentro deste contexto existem aqueles que saem da infância para adolescência e vivem essa transição dentro do acolhimento. O adolescente, além de sofrer com as mudanças hormonais e comportamentais, também é atingido pelo fato de estar afastado do seu núcleo familiar de origem, ainda que temporariamente: é separado da família que conhece e que traz dentro de si, já que é o espaço do qual faz parte e onde estão os seus vínculos mais significativos. É preciso entender como se desenvolve essa transição da infância para a adolescência e quais os impactos do acolhimento nas relações sociais, como por exemplo, na escola. Um jovem pode ter seu comportamento alterado por diferentes motivos, seja ele baixa autoestima, de insegurança, influência do meio externo num momento em que o cérebro ainda está em processo de maturação, e por isso extremamente delicado. No Brasil o ECA considera criança a pessoa com até 12 anos de

idade incompletos e define a adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos de idade (artigo 2º), e, no artigos 121 e 142 explica em casos excepcionais o estatuto é aplicável até os 21 anos de idade. O fato é que nessas transições de idade o sujeito dá novos sentidos e significados para os laços afetivos, para as relações e para o próprio corpo e a definição de sua personalidade, num constante conflito. A prática profissional tem demonstrado que ao se vincularem aos serviços prestados no âmbito da administração pública, é na escola que esses sujeitos encontram a maior resistência com relação à frequência e permanência, diante da dificuldade de aprendizagem e de socialização, que se agrava ainda mais num ambiente competitivo que é alimentado pelo sistema educacional contemporâneo, que nem sempre considera as particularidades de cada sujeito, vistos assim como "all just bricks in the wall" . Numa sociedade capitalista desenvolvida em que o cálculo econômico se estende a todas as instâncias da vida, o que cabe nessa lógica da competição é o confronto, a rivalidade, a falácia da meritocracia. Assim, estes educandos não se sentem parte da sala de aula, já que as suas demandas são deixadas de lado e não são observadas adequadamente. O que resta são os estigmas: o menino ou menina "que dá trabalho", porque "é do lar"; o "coitadinho", entre outros. Sobre essa questão é importante compreender a discussão trazida por Dermeval Saviani (2012) a respeito da existência de um sistema educacional e explica diferentes teorias da educação, fazendo-nos questionar se a escola contribui para emancipação, autonomia, inclusão dos educandos ou se reforça as desigualdades sociais que são essências da sociedade capitalista. No entanto, ao mesmo tempo em que se trabalha a reprodução é preciso trabalhar essa contradição e criar mecanismos de resistência num esforço coletivo. Segundo Saviani, ao afirmar sua potência a escola reconhece seu papel e seu potencial de resistência no processo que busca humanização, ou seja, produzir a humanidade em cada sujeito singular. A humanização é construída, não é intrínseca ao ser humano e para que ela se desenvolva é preciso condições e elementos favoráveis (exemplo: acesso à cultura, artes, ciências, etc.). O ser cultural, social e histórico se humaniza à medida que se apropria da cultura e tem acesso a esses elementos citados acima. A escola, nesse processo, tem como uma de suas funções contribuir para a apropriação por parte dos educandos do patrimônio histórico-cultural (conjunto de produções culturais relevantes). Para Saviani, a escola socializa criações e descobertas históricas e os alunos se apropriam desses conhecimentos a estrutura do real (concreto) através de mediações: o aluno chega com uma visão confusa e o papel da escola é ultrapassar essa visão e contribuir para o processo de transformação social, no caminho de uma sociedade mais justa e igualitária. [...] o acesso das camadas trabalhadoras à escola implica a pressão no sentido de que a igualdade formal ("todos são iguais perante a lei"), própria da sociedade contratual instaurada com revolução burguesa, se transforme em igualdade real. Nesse sentido, a importância da transmissão de conhecimentos, de conteúdos culturais, marca distintiva da pedagogia da essência, não perde seu caráter revolucionário. A pressão em direção a igualdade real implica a igualdade de acesso ao saber, portanto, a distribuição igualitária dos conhecimentos disponíveis (SAVIANI, 2012, p.64). Está presente em muitas histórias de vida privações a falta de acesso à cultura que tanto lhes é cobrado, em suas trajetórias muitas vezes também não adquiriram o chamado "capital cultural" e possuem pouco ou nenhuma familiaridade com o sistema educacional. Tanto no ambiente escolar tanto na instituição de acolhimento, as crianças e adolescentes podem reproduzir aquilo que vivenciaram durante a convivência com seus familiares, partindo da premissa de que o problema de escolarização vai além das relações exclusivamente intraescolares. Desta forma, desvelar a realidade dos sujeitos que estão em situação de acolhimento e entendê-los enquanto vítimas de uma conjuntura que exclui todos aqueles que fogem dos padrões,

do considerado "normal", um sistema que mede o "valor" de alguém de acordo com suas posses, é uma tarefa desafiante e necessária de ser debatida e pesquisada. Além das questões intraescolares, seu baixo rendimento pode também ser fruto do seu sofrimento em meio a duas realidades: o afastamento de sua casa e família e a consequência de uma vida de violação de direitos mínimos, trazendo consigo uma bagagem histórica socialmente prejudicada. São histórias de vida, muitas vezes, marcadas por rupturas precoces nos seus primeiros laços afetivos. Essas experiências abrolharão no seu relacionamento com outras pessoas (sejam os profissionais do serviço de acolhimento, profissionais da escola, outras crianças e adolescentes acolhidos, colegas de classe, etc.), numa busca incansável de se expressar e comunicar, ou - à sua maneira - de pedir ajuda. A relação da criança e do adolescente com o conhecimento é uma responsabilidade compartilhada entre escola e serviço de acolhimento, pois nestes dois ambientes eles processam novas relações sociais e ambos podem e devem ser espaço de interlocução e elaboração do sofrimento trazido pelos educandos. É, portanto, papel da instituição de acolhimento e também da escola buscar dar respostas aos pedidos de socorro manifestados por esses sujeitos para que se sintam acolhidos em seu real sofrimento a fim de organizar suas emoções e trabalhar a partir de suas demandas para - juntos - encontrar respostas às suas reais necessidades. Como se sabe o universo escolar (educação formal) envolve a conexão com diversas instâncias da vida social, essa aproximação exige capacidade para lidar com a diferença, por parte dos professores, alunos, pais de alunos e profissionais da instituição de acolhimento, superando qualquer prática preconceituosa ou discriminatória, reconhecendo que "a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia" (FREIRE, 2013, p.37). Entende-se que a escuta e acolhida dos profissionais da educação são espaços privilegiados de conhecimento e compreensão de história de vida desta crianças/adolescentes e a partir delas, a escola pode contribuir para a construção de uma nova história, por isso as ações da escola são considerados fatores que podem ajudar significativamente a proteger as crianças e adolescentes de condições sociais muito adversas. Geralmente na fase escolar a figura do professor é de suma importância, e o processo de construção e conhecimento é também um processo da formação humano-genérica do ser social. Essa formação a partir da construção de conhecimento e ao mesmo tempo de autoconhecimento é dinâmico e dependerá de fatores favoráveis por meio da sua interação com o meio, já que é "por meio desse movimento dialético entre sua particularidade e sua elevação ao "humano-genérico" que o homem se torna indivíduo e constrói sua identidade por meio da sua atividade social", segundo trouxeram Mendes e Horn (2015, p. 6288). Esse processo além de significativo para os educandos coopera para que a própria escola repense suas concepções a respeito dessas crianças e adolescentes de tal maneira que eles possam re-significar suas experiências e construir a partir disso uma história de esperança e novas perspectivas. Um estudo conduzido por Buffa, Pauli-Teixeira e Rossetti-Ferreira (2010) com crianças e adolescentes institucionalizados e que objetivou investigar por meio de suas narrativas, a dificuldade de aprendizagem escolar, averiguou que as narrativas dos alunos institucionalizados evidenciam vivência escolares conflituosas. Tal constatação também é verificada na prática profissional junto a estes alunos. Para a pesquisa é necessário compreender as fases de desenvolvimento infanto-juvenil, para isso, traremos os estudos do psicólogo soviético Elkonin, que em seus estudos buscou "compreender o mundo e o desenvolvimento de seu psiquismo à luz do materialismo histórico e dialético" (LAZARETTI, 2011, p.25). A relação do homem com um homem é mediada por princípios, intencionalidades, objetivos planejados, passa por questões biológicas e se apropria dos bens culturais que são

socializados no mundo, leis sócio-históricas e não apenas leis biológicas. A fase da infância apresenta três atividades principais: comunicação emocional direta, trata-se da fase da comunicação direta feita pelo intermediário de um adulto cuidador de referência: "o período da comunicação emocional direta vai do nascimento da criança até o seu primeiro ano de vida" (ANJOS, 2012, p.04). A atividade objetual manipulatória, que está relacionada à apropriação do uso dos objetos, ou seja, a criança passa a conhecer o uso social do objeto. Além do jogo de papéis, momento em que se inicia de forma mais madura a interação com o mundo, relações humanas, uso da criatividade e imaginação. Elkonin separa a fase do desenvolvimento por faixa etária para melhor compreensão do processo de aprendizagem que varia de acordo com a fase de desenvolvimento. Ele explica: La experiencia pedagógica y los datos psicológicos permiten diferenciar las siguientes etapas fundamentales del desarrollo psíquico de los niños: la primera infancia (desde el nacimiento hasta un año), la edad anterior a la preescolar o niñez temprana (de un año a los tres), la edad preescolar (de los tres a los siete años), la edad escolar primaria (de los siete a los 10-11 años), la edad escolar media o adolescencia (de los 11 a los 14-15 años), la edad escolar preparatoria o juventud temprana (de los 14-15 a los 17-18 años). (ELKONIN, 1960, p. 504). De acordo com Elkonin a idade escolar primária indica uma importante mudança no desenvolvimento do sujeito, a escola tem um importante significado neste momento e Elkonin explica que se divide em três períodos: a idade escolar primária, média e preparatória. O que o autor chama de idade escolar primária diz respeito a fase que principia aos sete anos de idade até os onze anos, nesta fase a criança inserida na escola sente as mudanças na sua relação com a sociedade e também com sua família, pois começa a carregar uma responsabilidade exercendo atividades e obrigações importantes, e por isso: "si el escolar estudia y se porta bien,, están contentos con él, lo recompensan, lo valoran, se enorgullecen de él; en el caso contrario lo censuran y lo estimulan para que corrija los defectos en el estudio" (Elkonin, 1960, ). Nesse período se torna importante os preparativos anteriores, ou seja, as vivências daquele indivíduo que está encontrando um novo significado na escola, com responsabilidade, isso inclui, portanto, vivências familiares, o que Gohn chama de ensino informal, pois sabemos que o processo de ensino-aprendizagem acontece também fora do ambiente escolar, com diferentes conteúdos. Deve-se compreender o ensino informal como aquele que será adquirido nas relações sociais, no processo de socialização, como dito, dentro da família, na relação com amigos, na igreja, na comunidade e até os meios de comunicação. Nestes casos, aparecem como a figura do educador os pais, os vizinhos, um líder religioso, orientador espiritual, etc. De acordo com Brandão "a educação do homem existe por toda parte e, muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre seus participantes (1985, p.47). Essa fase de "preparação" ainda que não seja consciente pode ser grande influenciadora, pois os pais ou responsáveis podem incentivar suas crianças e isso facilita essa nova fase ou podem contribuir para que seja um período de difícil adaptação. O valor que a criança dará para aquela fase da sua vida depende muito do valor que foi atribuído à educação pelos membros da suas famílias e as pessoas com quem manteve seus primeiros laços afetivos. Diferentes aspectos servirão de atrativos para cada criança nesta fase, seja a questão da infraestrutura, alimentação, os novos amigos, os novos materiais escolares, a vontade de agradar os pais, ou podem apresentar comportamentos avessos aos conteúdos, à disciplina e àquilo que é exigido desde tenra idade na sala de aula. Concluímos que, diante da difícil realidade e necessidade de melhor compreender a vivência escolar de crianças e adolescentes institucionalizados e as relações que estabelecem com os profissionais da escola e demais alunos, muitas

vezes permeada por conflitos ou dificuldade de vinculação afetiva, é que se apresenta o presente projeto de pesquisa.

---

## **GESTÃO ESCOLAR: O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO COTIDIANO DA ESCOLAR**

EDILAINE TIRABOSCHI DE OLIVEIRA BERTUCCHI  
LAIANE RAQUEL DA SILVA DE ANGELO

O presente trabalho traz uma reflexão sobre qual a importância do coordenador pedagógico no cotidiano escolar, pois a atuação desse é sem dúvidas muito importante para a construção de uma educação qualificada e solidificada. De acordo com a pesquisa, o coordenador pedagógico alcança uma função de destaque no contexto escolar, pois suas funções são articuladas, formadoras e transformadoras, e além disso, mediadora, pois coloca a proposta curricular em prática juntamente com os professores, ele proporciona variadas e importantes funções para o ambiente escolar. Faz-se necessário uma formação e atualização dos coordenadores, pois esses são peças chave no ambiente escolar, pois para o cargo, é necessário conhecimentos didáticos e metodológicos para atender as demandas e necessidades do trabalho de forma crítica, e consciente. Além disso, os coordenadores pedagógicos precisam desenvolver um papel de líder para que possam atuar de forma eficiente com seu grupo. Precisam ainda conhecer estratégias formativas para que possam desempenhar seu papel de formador do grupo de professores que acompanha. Nesse ponto, ter passado pela sala de aula ajuda os coordenadores a contribuir com a prática pedagógica docente. Analisar e Identificar o papel do coordenador pedagógico, diretamente com os professores, alunos, e pais, e quais suas contribuições para que o ensino possa se desenvolver com qualidade, gerando assim, benefícios para a comunidade escolar como um todo. Investigar os desafios encontrados pelos coordenadores, e qual sua importância para a construção da educação. Este trabalho de pesquisa trata de uma abordagem qualitativa. Será feito um levantamento bibliográfico a cerca do tema, no qual serão utilizados artigos e monografias, visando explorar as ideias e opiniões de seus autores. A pesquisa evidencia a necessidade de o coordenador pedagógico saber que tem a responsabilidade de coordenar todas as atividades escolares, incluindo os educandos e o corpo docente, onde o planejamento é essencial, necessitando traçar um plano de trabalho para potencializar suas ações, para assim conhecer a realidade e transformá-la. Acreditamos que com esta pesquisa conseguiremos apresentar a relevância e a importância do coordenador pedagógico, na gestão pedagógica, a função de articulador do projeto pedagógico da escola e da rede onde ele está inserida, tomando para si a responsabilidade da formação continuada dos professores. Para LIBÂNEO (2002) a escola tem se tornado um espaço cada vez maior e mais complexo, devido à amplitude que vão assumindo as diversas modalidades de prática educativa na sociedade. Com

isso, o sistema escolar requer uma maior e melhor organização de sua estrutura, bem como de seus agentes. Essa organização depende de todos os sujeitos, mas tem na atuação do coordenador pedagógico papel importante. Referências Bibliográficas

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ÀS VIVENCIADAS - Isaura Francisco de Oliveira - Anais da XV Semana Acadêmica de Ensino, Pesquisa e Extensão - A Universidade e suas práticas no Contexto Regional: construindo diálogos V. 1, nº. 1, 2010. ISSN - 2448-1319

O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO COTIDIANO ESCOLAR - Juscelene da Silva Oliveira, Márcia Campos Moraes Guimarães; PEDAGOGIA E PEDAGOGOS PARA QUÊ? José C. Libâneo - 6ª ed. São Paulo

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR: TEORIA E PRÁTICA - Cortez, 2002. 5ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001. Órgão de fomento financiador da pesquisa: A presente pesquisa tem por objetivo, contextualizar, analisar e refletir a respeito da importância do coordenador pedagógico no cotidiano escolar, e as consequências que sua presença ou falta pode provocar dentro do grupo escolar como um todo, incluindo professores, alunos e funcionários. Pretende-se ainda demonstrar o quanto o trabalho do coordenador pedagógico é um trabalho contínuo, que favorece a tomada de decisões e consciência do ambiente escolar para que assim se promova um desenvolvimento. Leva-se ainda em conta, todo o processo histórico dos primórdios, até os dias atuais para a formação do profissional. No intuito de sustentar a pesquisa, mostra-se a influência do coordenador pedagógico nas reuniões de pais e mestres, reuniões com os alunos, ATPC, e no atendimento individualizado com os mesmos.

